

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

MARCUS DA ROCHA

**Descrição e Difusão em Arquivos:**

Organização e acesso a documentos audiovisuais

PORTO ALEGRE

2019

MARCUS DA ROCHA

**Descrição e Difusão em Arquivos:**

Organização e acesso a documentos audiovisuais

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Thiago Henrique Bragato Barros

PORTO ALEGRE  
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora: Jane Fraga Tutikian

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Karla Maria Müller

Vice-Diretora: Ilza Maria Tourinho Girardi

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Samile Andréa de Souza Vanz

Chefia Substituta: Rene Faustino Gabriel Junior

## FICHA CATALOGRÁFICA

### CIP - Catalogação na Publicação

da Rocha, Marcus  
Descrição e Difusão em Arquivos: Organização e  
acesso a documentos audiovisuais / Marcus da Rocha. --  
2019.  
67 f.  
Orientador: Thiago Henrique Bragato Barros.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de  
Arquivologia, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Documentos audiovisuais. 2. Descrição  
arquivística. 3. Difusão arquivística. 4. ICA-AtoM. 5.  
Lei de Incentivo à Cultura. I. Bragato Barros, Thiago  
Henrique, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARCUS DA ROCHA

**Descrição e Difusão em Arquivos:**

Organização e acesso a documentos audiovisuais

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi apresentado, analisado, avaliado e julgado adequado para a obtenção do título de Bacharel em Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

---

Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros (Orientador)

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Moisés Rockembach

---

Esp. Carine Melo Cogo Bastos

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

PORTO ALEGRE  
2019

Dedico este trabalho aos meus pais, pois sempre me apoiaram a continuar estudando, e a minha amiga Isa, que me ajudou na escolha da minha futura profissão.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a professora Maria Lucia por ter me aceitado como bolsista no arquivo da FABICO. Foi minha primeira experiência trabalhando em um arquivo, que, mesmo sendo curta, foi bastante proveitosa. Quando entrei naquela sala, percebi que estava no caminho certo quanto à escolha da minha profissão. Você é muito especial!

À Secretaria do Instituto de Psicologia da UFRGS, agradeço imensamente meus dois anos de trabalho como bolsista de arquivologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Lá, além de ter carinho por cada um, obtive uma grande experiência de trabalho, pois realizei a organização do acervo desse PPG, além de avaliar e classificar, em conjunto com a equipe do Arquivo Central da UFRGS, suas documentações. Obrigado Lisandra por todo suporte que você me ofereceu nessa jornada, sendo fundamental em cada momento. Foi tão boa essa parceria que conseguimos eliminar a documentação avaliada! Obrigado Israel por ter apoiado a ideia de eliminação documental, sem sua conscientização nada disso teria se concretizado. Juro que apareço para visitar vocês.

Ao arquivista Alexandre Veiga por ter me aceito como estagiário na SEDAC, que foi uma oportunidade única na minha vida. Obrigado pela paciência e atenção prestadas a toda equipe de trabalho durante a minha trajetória. Agradeço também a equipe de estagiários que trabalharam junto comigo, seus esforços serão recompensados.

Ao professor Thiago por ter me orientado durante a realização deste trabalho, meu agradecimento pela sua disponibilidade em me atender, sei que às vezes eu ia a sua sala sem agendar um horário, mas saiba que sempre contei com seu apoio, que nunca foi negado por ti.

À professora Ana Regina Berwanger pela amizade e carinho que se formou durante esses quatro anos de graduação. Você fez muito pelo curso, agora chegou sua hora de descansar. Aproveite bem sua aposentadoria, merece! Cuide de sua saúde, não teime em ir ao médico!

A minha amiga Marilene, meus mais sinceros e amorosos agradecimentos. Este trabalho tem um dedinho seu, pois você me proporcionou uma visita inesquecível ao arquivo da TVE. Ficamos encantados com o acervo audiovisual e com o acervo musical, pois eram diferentes de tudo aquilo que a gente havia visto antes. Você é uma amiga muito especial! Espero que em breve seja chamada para trabalhar como arquivista em alguma instituição, pois tu mereces muito. Sempre foi muito dedicada quando discente, já está na hora da colheita. Sei que serás uma profissional exemplar.

Por último, não menos importante, agradeço a minha família por estar junto comigo nessa conquista. Sem o apoio de vocês nada teria sido realizado. Amo vocês!

Crê em ti mesmo, age e verás os resultados. Quando te esforças, a vida também se esforça para te ajudar. (Chico Xavier)

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo propor a realização da descrição e difusão arquivística em ambiente digital através do software ICA-AtoM. Faz-se um levantamento bibliográfico em artigos, dissertações, livros referentes à área de arquivologia, à aplicação do ICA-AtoM, à trajetória histórica da Secretaria de Estado da Cultura, ao contexto de criação da Lei de Incentivo à Cultura, à evolução dos suportes ao longo do tempo. Para a realização da descrição, fez-se um estudo de caso no arquivo do Departamento de Fomento da Secretaria de Estado da Cultura. Foram escolhidos dois dossiês que contêm, além de documentos textuais, audiovisuais, que são o tema principal da pesquisa. Descrevem-se, desde o fundo até os itens documentais que compõem cada dossiê, conforme a NOBRADE. Discute o papel das funções arquivísticas de difusão e descrição como recursos para possibilitar o acesso à informação. Aborda o papel da Lei de Incentivo à Cultura no financiamento de projetos culturais no Estado. Introduz a importância do documento audiovisual como fonte detentora de memória, além de salientar a importância da pesquisa do mesmo entre os arquivistas. Ressalta-se a importância da descrição e difusão arquivística. Aponta a necessidade de desenvolver pesquisas com o documento audiovisual na área de ciências da informação.

**PALAVRAS- CHAVE:** Documentos audiovisuais. Descrição arquivística. Difusão arquivística. ICA-AtoM. Lei de Incentivo à Cultura.

## ABSTRACT

This research aims to propose the realization of archival description and diffusion in the digital environment through the ICA-AtoM software. It makes a bibliographic survey in articles, dissertations, books related to the area of archivology, application of ICA-AtoM, historical trajectory of SEDAC, context of creation of the Culture Incentive Law, evolution of sports over time. To carry out the description, made a case study in the archive of the Department of Development of the Secretary of State for Culture. Two dossiers were selected that selected, besides textual and audiovisual documents, which are the main theme of the research. From the background to the documented items that make up each dossier, according to NOBRADE. Discuss the role of archival diffusion functions and describe as resources for enabling access to information. Addresses or role of the Culture Incentive Law in financing cultural projects in the state. Introduce the importance of the audiovisual document as a source of memory, in addition to highlighting the importance of its research among archivists. The importance of archival description and diffusion is emphasized. Points out the need to develop research with the audiovisual document in the area of information science.

**KEYWORDS:** Audiovisual documents. Archival description. Archival diffusion. ICA-Atom. Culture Incentive Law.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Descrição da área de identificação do fundo documental .....	44
Figura 2: Descrição da área de contextualização do fundo documental .....	45
Figura 3: Descrição da área de identificação da série documental .....	45
Figura 4: Descrição da área de contextualização da série .....	46
Figura 5: Descrição da área de conteúdo e estrutura da série documental .....	46
Figura 6: Descrição da área de controle da descrição da série documental.....	46
Figura 7: Descrição da área de identificação do dossiê Projeto Folia de Rua Regional .....	48
Figura 8: Descrição da área de contextualização do dossiê Projeto Folia de Rua Regional .....	48
Figura 9: Descrição da área de conteúdo e estrutura do Projeto Folia de Rua Regional .....	48
Figura 10: Descrição da área de pontos de acesso do dossiê Projeto Folia de Rua Regional .....	49
Figura 11: Descrição da área de controle de descrição do dossiê Projeto Folia de Rua Regional.....	49
Figura 12: Descrição da área de identificação do processo Folia Regional de Rua .....	49
Figura 13: Descrição da área de conteúdo e estrutura do processo Folia Regional de Rua .....	50
Figura 14: Descrição da área de conteúdo e estrutura do processo Folia Regional de Rua .....	50
Figura 15: Descrição da área de documentação associada do processo Folia Regional de Rua .....	50
Figura 16: Descrição da área de controle da descrição do processo Folia Regional de Rua .....	51
Figura 17: Descrição do primeiro elemento descritor do CD .....	51
Figura 18: Descrição da área de conteúdo e estrutura do CD .....	51
Figura 19: Descrição da área de condições de acesso e uso do CD .....	52
Figura 20: Descrição da área de controle da descrição do CD.....	52
Figura 21: Descrição do primeiro elemento descritor do DVD .....	52
Figura 22: Descrição da área de conteúdo e estrutura do DVD .....	53
Figura 23: Descrição da área de condições de acesso e uso do DVD.....	53
Figura 24: Descrição da área de controle da descrição do DVD .....	53
Figura 25: Descrição da área de identificação do dossiê 28° Reponte .....	55
Figura 26: Descrição da área de conteúdo e estrutura do dossiê 28° Reponte .....	55
Figura 27: Descrição da área de condições de acesso e uso do dossiê 28° Reponte .....	55
Figura 28: Descrição da área de pontos de acesso do dossiê 28° Reponte.....	56
Figura 29: Descrição da área de controle da descrição do dossiê 28° Reponte.....	56
Figura 30: Descrição do primeiro elemento descritor do processo 28° Reponte .....	56
Figura 31: Descrição da área de conteúdo e estrutura do processo 28° Reponte.....	56
Figura 32: Descrição da área de condições de acesso e uso do processo 28° Reponte .....	57
Figura 33: Descrição de documentação associada do processo 28° Reponte .....	57
Figura 34: Descrição de controle da descrição do processo 28° Reponte .....	57
Figura 35: Descrição da área de identificação do primeiro CD referente ao projeto 28° Reponte .....	57
Figura 36: Descrição da área de identificação do segundo CD referente ao projeto 28° Reponte .....	58
Figura 37: Descrição da área de identificação do terceiro CD referente ao projeto 28° Reponte .....	58
Figura 38: Descrição da área de conteúdo e estrutura do primeiro CD referente ao projeto 28° Reponte.....	58

Figura 39: Descrição da área de conteúdo e estrutura do segundo CD referente ao projeto 28° Reponte.....	58
Figura 40: Descrição da área de conteúdo e estrutura do terceiro CD referente ao projeto 28° Reponte.....	59
Figura 41: Descrição da área de condições de acesso e uso para os três CDs referentes ao projeto 28° Reponte.....	59
Figura 42: Descrição da área de documentação associada para os três CDs referentes ao projeto 28° Reponte.....	59
Figura 43: Descrição da área de controle da descrição para os três CDs referentes ao projeto 28° Reponte.....	59

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>ANCINE</b>	Agência Nacional do Cinema
<b>ARCHIEFSHOOL</b>	Institute for Archival Education Research
<b>ATOM</b>	Access to Memory
<b>CD</b>	Compact Disc
<b>CD-ROM</b>	Compact Disc Read-Only Memory
<b>CDS/CIA</b>	Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos
<b>CONARQ</b>	Conselho Nacional de Arquivos
<b>CNIC</b>	Comissão Nacional de Incentivo à Cultura
<b>CTDAISM</b>	Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais
<b>DIP</b>	Departamento de Imprensa e Propaganda
<b>DVD ÁUDIO</b>	Digital Versatile Disc Áudio
<b>DVD</b>	Digital Versatile Disc
<b>DVD R</b>	Digital Versatile Disc Recordable
<b>DVD-RAM</b>	Digital Versatile Disc Random Access Memory
<b>DVD-ROM</b>	Digital Versatile Disc Read-Only Memory
<b>DVD VÍDEO</b>	Digital Versatile Disc Read Vídeo
<b>FAC</b>	Fomento às Atividades Culturais
<b>FICART</b>	Fundos de Investimento Cultural e Artístico
<b>FNC</b>	Fundo Nacional da Cultura
<b>ICA-Atom</b>	International Council on Archives – Access to Memory
<b>ICA</b>	International Council on Archives
<b>ICMS</b>	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
<b>INCE</b>	Instituto Nacional de Cinema Educativo
<b>INL</b>	Instituto Nacional do Livro
<b>ISAAR (CPF)</b>	Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias
<b>ISAD (G)</b>	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
<b>ISDIAH</b>	Norma Internacional para Descrições de Instituições com Acervo Arquivístico
<b>ISDF</b>	Norma Internacional para Descrição de Funções
<b>JVC</b>	Victory Company of Japan
<b>LIC</b>	Lei de Incentivo à Cultura
<b>MAD</b>	Manual of Archival Description
<b>NOBRADE</b>	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
<b>OSARIS</b>	Open Source Archival Resource Information System
<b>PROCERGS</b>	Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul
<b>PRÓ-CULTURA</b>	Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais

<b>RAD</b>	Regras de Descrição Arquivística
<b>SEDAC</b>	Secretaria de Estado da Cultura
<b>SEFAZ</b>	Secretaria da Fazenda
<b>S-VHS</b>	Super VHS
<b>SPI</b>	Sistema de Protocolo Integrado
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>VHS</b>	Vídeo Home System

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	15
2. Descrição e difusão no contexto da arquivologia: aspectos teórico- metodológicos.....	17
2.1 Arquivologia e as funções arquivísticas.....	17
2.2 Descrição como função arquivística.....	22
2.3 Difusão em arquivos .....	28
3. Secretaria de Estado de Cultura e seus arquivos.....	32
3.1 Secretaria de Estado da Cultura: trajetória histórica.....	32
3.2 Políticas Públicas e a Lei de Incentivo à Cultura .....	34
3.3 Arquivo especial do Departamento de Fomento e seus documentos audiovisuais .....	38
3.4 Estudo de caso do acervo audiovisual do Departamento de Fomento através do ICA-AtoM.....	44
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	60
REFERÊNCIAS .....	62

## 1. INTRODUÇÃO

A informação desde seus primórdios esteve relacionada a uma materialidade física/suporte. O papel enquanto suporte dominou o mundo dos arquivos por muitos anos e ainda persiste mesmo com a ascensão dos documentos digitais. Entretanto, nota-se que os documentos audiovisuais não recebem atenção da teoria e prática arquivística, pois não são desenvolvidas pesquisadas com esses documentos. Esses não ganharam espaço e destaque para serem compreendidos como documentos de valor histórico, artístico e cultural.

Gravados em diferentes suportes, como o VHS, por exemplo, que podem conter reportagens realizadas pelas emissoras de televisão, capítulos de novelas, filmes da teledramaturgia brasileira, gravações musicais, etc. Sabe-se que o homem, desde a antiguidade, teve interesse em registrar imagens e sons para tentar se expressar.

Com o advento da fotografia, a sociedade pode se deparar com uma nova percepção de registro documental: o registro de imagens, que retratava o cotidiano das pessoas e suas realidades.

Benjamin (1987) enfatiza que o surgimento da fotografia não se deu por um acaso, pois essa técnica foi sendo desenvolvida através de experimentos de pesquisadores que queriam registrar as imagens obtidas pela câmara obscura, datados desde a época de Leonardo da Vinci.

Contudo, foi com o surgimento do cinema que o mundo passou a notar que a informação poderia ter imagens em movimento contendo som, características de um documento audiovisual.

À medida que o tempo passava, novas tecnologias foram desenvolvidas para que se fosse permitido registrar informações que não pertenciam ao gênero textual, pois se desejava um suporte que pudesse reproduzir as gravações que eram feitas pela indústria do cinema ou da televisão. Com isso, criou-se o VHS, que ficou popular entre os anos 80 e 90, oferecendo a proposta de cada indivíduo ter seu próprio cinema em casa sem precisar ir a uma sessão cinematográfica. Diversos clássicos da *The Walt Disney Company* foram gravados nesse suporte e,

posteriormente, comercializados no mercado, como, por exemplo, Branca de Neve e os Sete Anões (1937) e Alice no País das Maravilhas (1951).

Posteriormente, houve a criação do CD-ROM, suporte que possibilitou a reprodução de diferentes gêneros documentais: desde textos até gravações musicais. Devido a sua capacidade de armazenamento, esse iniciou a se popularizar, pois começou a ser possível gravar documentos que eram criados no computador e reproduzir em outros em maior quantidade, diferentemente do Disquete, que necessitava de vários exemplares para salvar um único arquivo, por exemplo. O DVD inovou quanto à qualidade de imagens e o sistema de áudio, que deram mais qualidade a reprodução de filmes, fazendo, assim, com que o ciclo do VHS terminasse.

Neste acervo, houve a acumulação de projetos culturais produzidos pelo departamento. Diante dos eventos Folia Regional de Rua e 28º Reponte foram gerados documentos que testemunham seus acontecimentos, com o propósito de prestar contas ao Estado, que foram registrados em papel, através do processo físico, ou em meio eletrônico, por meio de CDs, por exemplo.

Esta pesquisa tem por objetivo geral fomentar uma discussão a respeito do documento audiovisual como fonte de pesquisa no contexto arquivístico. Para isso, foi realizado um estudo de caso no acervo audiovisual do Departamento de Fomento da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul.

Esta pesquisa tem como objetivos específicos analisar o impacto que as funções de descrição e difusão têm na sociedade; o papel da Lei de Incentivo à Cultura como geradora de projetos culturais no Rio Grande do Sul; e a importância de pesquisar sobre documentos audiovisuais na arquivologia, visto que ainda há poucas referências de arquivistas sobre o assunto.

Realizou-se um estudo de caso no acervo audiovisual do arquivo especial do Departamento de Fomento. Segundo Gil (2002, p.54) essa modalidade “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]”.

Ademais, fez-se uma pesquisa qualitativa a qual “[...] não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.31).

O intuito dessa pesquisa é salientar a importância da difusão e descrição arquivística de documentos audiovisuais. Primeiramente, foram selecionados dois dossiês de projetos culturais que foram incentivados pela Lei de Incentivo à Cultura, que apresentam documentos textuais e eletrônicos. Para a realização deste trabalho, utilizou-se o ICA-AtoM, que é um software de descrição arquivística disponível na internet gratuitamente para download. Além disso, é possível, através desse, difundir o material descrito, podendo até serem anexados registros fotográficos. A descrição foi feita com base na NOBRADE.

Este trabalho foi dividido em quatro seções, iniciando pela introdução. No segundo capítulo, intitulado de Descrição e difusão no contexto da arquivologia: aspectos teórico-metodológicos contextualiza as funções arquivísticas de descrição e difusão como primordiais para o acesso à informação e preservação da memória institucional e social. Ademais, retrata o papel social do arquivista ao realizar esses procedimentos.

No capítulo três, intitulado de Secretaria de Estado da Cultura e seus arquivos, elaborou-se a trajetória histórica dessa Secretaria desde sua formação até seu papel atual na sociedade. Foi feita uma pesquisa sobre a trajetória da constituição da Lei de Incentivo à Cultura, tanto no âmbito federal como no estadual. Após, realizou-se uma cronologia da criação dos diferentes tipos de suportes que se formaram ao longo do tempo. Exemplificou-se desde o advento da fotografia até a geração do DVD. Concluindo, foi realizada a descrição arquivística dos dossiês selecionados, sendo elaborada e disponibilizada para visualização no ATOM. No quarto capítulo, apresentam-se as considerações finais do trabalho.

## **2. Descrição e difusão no contexto da arquivologia: aspectos teórico-metodológicos.**

Neste capítulo serão abordadas a formação da arquivologia como disciplina; a importância das funções arquivísticas de descrição e difusão institucionalmente.

### **2.1 Arquivologia e as funções arquivísticas**

A arquivística surgiu da vinculação de atividades práticas e a acumulação dos documentos de arquivo a qual as pessoas criavam métodos para custodiar documentos entendido como históricos vinculados ao antigo regime monárquicos e absolutistas. Instrumentos de pesquisa passam a ser desenvolvidos a partir da institucionalização de instituições arquivística. Rousseau e Couture (1998) relatam que durante o século XIII, na França, houve a criação dos inventários, que eram feitos para listar documentos. Após esse, surgiram os cartorários, “registro integral, parcial ou sumário, em forma de volume ou rolo, de títulos de propriedades, privilégios e outros documentos relativos a direitos de uma entidade coletiva, pessoa ou família” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.44). Com isso, dá para perceber que a arquivologia ainda não tinha teoria formada; apenas os procedimentos de ordenação e organização estavam sendo formados.

Foi com a institucionalização dos arquivos que a arquivologia se desenvolveu como disciplina. No século XIX, segundo Heredia (1991), a arquivologia nasceu como uma técnica para arrumar e conservar documentos. José Ramon sinaliza “[...] o século XIX como o período em que a arquivística nasceu, incluindo alguns autores a associam com a publicação, em 1898, do Manual para a classificação e descrição de arquivos, obra dos arquivistas holandeses [...]” (MUNDET, 1994, p.22, tradução nossa). Em 24 de abril de 1841 nasce o princípio da proveniência, considerado a principal regra da arquivística, “quando Natalis de Wailly instruiu as normas para a organização dos fundos reunidos nos Arquivos Nacionais Franceses [...]” (CARMONA, 1995, p.28, tradução nossa). Paralelo a isso, surgiu o conceito de fundo de arquivo, o qual se entendia, conforme Mundet (1994), por não poder agrupar documentos de proveniências diferentes.

A Arquivologia faz parte do chamado tripé das Ciências da Informação, formado também pela Biblioteconomia e Museologia. Aquela, por sua vez, é uma ciência que estuda a melhor maneira de tratar a informação através de técnicas que são aprendidas ao longo da graduação, tais como a Gestão Documental, Avaliação Documental, Arranjo, Descrição e Difusão em arquivos. A arquivística tem como sua função principal proporcionar ao cidadão o acesso à informação. Entretanto, não é uma informação qualquer, é a informação arquivística:

[...] é indispensável ao processo decisório e para o funcionamento das atividades governamentais ou das empresas privadas e pessoas físicas,

assim como a que atua como testemunho dos direitos dos cidadãos, até esta mesma informação, quando utilizada pelos historiadores para a crítica e explicação das sociedades passadas e que, inclusive, independentemente destes usos, permanece como componente de um *corpus* informacional que permita a transmissão cultural de geração a geração (BELLOTTO, 2002, p.6).

A Arquivologia, por sua vez, conta com diversos princípios que os norteia e que a diferencia da biblioteconomia e da museologia que, conforme Bellotto (2002) são estes: princípio da proveniência ou do respeito aos fundos, princípio da organicidade, princípio da unicidade, princípio da indivisibilidade ou integridade arquivística e o princípio da cumulatividade.

O primeiro é considerado o pilar da organização de um acervo, que consiste em não misturar arquivos provenientes de instituições diferentes. Com isso, deve-se prestar atenção e identificar no documento quem é seu produtor e qual é o assunto desses. Por exemplo, os documentos referentes à contratação de funcionários não deverão ser misturados com outros relativos à aquisição de materiais, pois esses formam fundos documentais diferentes.

O segundo princípio é considerado o espelho da estrutura organizacional de uma empresa, suas atividades-fim e meio e suas relações internas e externas. A organicidade conceitua-se como “relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.127). Além disso, essa informação deve ser tratada em conjunto, ou seja, não dá para ser tratado de forma isolada. Por exemplo, quando tratamos um acervo de um cantor contendo fotografias, cartas, rascunho de composições, pode-se fazer uma relação histórica da vida dessa pessoa. Contudo, quando tratamos esse conjunto de forma isolada, perde-se a relação orgânica e não seria possível fazer uma contextualização com a trajetória de vida do cantor, ou seja, o contexto em que o documento está inserido é primordial para estabelecer vínculos com outros arquivos.

O princípio da unicidade ressalta que cada documento de arquivo tem caráter único, independente do tipo de suporte em que a informação está inserida e quanto ao número de cópias do mesmo. Cada documento tem seu próprio contexto, que o faz ser único, pois são criados por razões próprias.

O princípio da indivisibilidade ou integridade arquivística ressalta que “os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida” (BELLOTTO, 2002, p.21).

O último da cumulatividade firma que “o arquivo é uma formação [...] progressiva, natural e orgânica” (BELLOTTO, 2002, p.21). Significa dizer que os arquivos são acumulados devido ao resultado das ações da instituição, conforme sua produção.

Além de ser regida por esses princípios, a arquivologia conta com ciências e disciplinas que dialogam na sua aplicabilidade metodológica, tais como a diplomática, a paleografia, a história, entre outras.

A história tem um papel fundamental na arquivologia, pois é essa que determina o contexto o qual determinado documento foi produzido, o que é crucial quando está se realizando o quadro de arranjo e a descrição arquivística. Também auxilia a compreender a instituição, sua estrutura e sua produção documental em diferentes épocas.

Não há como comprovar a autenticidade de um documento sem o auxílio da diplomática, que é uma “disciplina que tem como objetivo o estudo da estrutura formal e da autenticidade dos documentos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 70). Essa auxilia o arquivista a diferenciar partes do documento e analisar os elementos que o compõe, tais como assinatura, data tópica e cronológica, protocolo inicial e final, entre outros. Além disso, “tem como objetivo distinguir entre documentos autênticos e falsos, não a partir do ponto de vista histórico, mas o documental” (MUNDET, 1994, p. 83. tradução nossa).

À medida que o tempo foi passando, diferentes tipos de escrita foram se desenvolvendo. Para que se tenha o entendimento do que está escrito nos documentos antigos, o arquivista deve ter a capacidade de analisar e reconhecer cada palavra daquele manuscrito. A partir disso, a paleografia, “disciplina que estuda a escrita manuscrita antiga, suas formas e variações através do tempo” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.128), é outro instrumento que auxilia a arquivologia, visto que, “o tratamento adequado da documentação histórica nos obriga a adquirir

conhecimentos necessários para poder interpretar as diferentes grafias, para o correto entendimento dos documentos” (MUNDET, 1994, p.79. tradução nossa).

A presença do arquivista no mercado está cada vez mais evidente, seja na iniciativa privada ou em instituições públicas. Em um contexto que as instituições precisam ter seus arquivos organizados, esse profissional tem a chance de mostrar as técnicas aprendidas ao longo de sua graduação que atuam em conjunto com a gestão documental. As funções arquivísticas trabalham em conjunto e, em algumas vezes, depende de outra para ser executada. Rousseau e Couture (1998) afirmam que há sete funções arquivísticas: criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão dos arquivos.

A avaliação consiste na verificação do documento a fim de lhes atribuir seu valor, seu prazo de guarda e sua destinação. Essa função arquivística auxilia na gestão documental, uma vez que participa do processo de eliminação e racionalização de documentos.

Para a determinação do valor, deve-se entender e verificar a função que o documento cumpre e, para isso, deverá avaliar se o documento contém valor primário ou secundário. De acordo com Rousseau e Couture (1998, p.117), “o valor primário define-se como sendo a qualidade de um documento baseada nas utilizações imediatas e administrativas que lhe deram os seus criadores [...]”. Ieda Bernardes conceitua valor secundário como “qualidade informativa que um documento pode possuir depois de esgotada sua utilização primária (vigência administrativa)” (BERNARDES, 1998, p.47).

É multidisciplinar, ou seja, o arquivista não irá avaliar documento sozinho, pois haverá de dialogar com outros profissionais de diferentes formações para atribuir seu valor. Poderá ter diferentes pontos de vista acerca de um documento, por exemplo, uma carta, apesar de ter caráter informativo, em certas ocasiões, poderá conter informações relevantes para a história de alguém ou da instituição. Logo, é crucial a presença de uma comissão de avaliação e destinação, que, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.53) conceitua-se como “grupo multidisciplinar encarregado da avaliação de documentos de um arquivo [...]”. Essa é composta, geralmente, por advogados, administradores, contadores e historiadores.

A classificação define qual a classe que o documento analisado irá pertencer, e, para isso, é necessário saber as atividades que a instituição realiza e sua estrutura organizacional. Janice Gonçalves (1998, p.11) ressalta que essa função arquivística “corresponde às operações técnicas destinadas a organizar a documentação de caráter corrente, a partir da análise das funções e atividades do organismo produtor de arquivos”. Para sua realização, o arquivista deverá entender o organismo produtor de documentos a fim de realizar um plano de classificação.

O plano de classificação organiza de forma lógica e física a produção documental, de acordo com as funções e atividades que determinaram a sua produção. A sua elaboração envolve estudos e pesquisas sobre a estrutura e funcionamento do órgão produtor dos documentos a serem classificados (RIBEIRO; ATTINA, 2017, p.237).

Schellenberg (2006) afirma que há três pilares a serem considerados na construção da classificação de documentos: a ação a que os documentos se referem, a estrutura do órgão que os produz e o assunto do documento.

A ação corresponde à razão a qual um documento foi criado e isso ocorre devido às atividades que são desenvolvidas pela instituição, sendo chamadas de atividades-fim e atividades-meio. Essas são relacionadas de acordo com a finalidade institucional, ou seja, seu motivo de existir. Estas são os conjuntos de ações que amparam as atividades-fim da empresa.

## **2.2 Descrição como função arquivística**

A descrição arquivística compreende em um trabalho de análise documental por parte do arquivista, que pode ser feito em conjunto com um historiador a fim de descrever o conteúdo do documento que está sendo investigado. Essa função arquivística é realizada em documentos de terceira idade, cujas informações são de cunho histórico e cultural. Vale ressaltar que não é exclusiva dos arquivos permanentes. Pode também ser realizada nos arquivos correntes e intermediários. Com o intuito de promover o acesso à informação, a descrição é responsável por proporcionar ao pesquisador diversas informações sobre acontecimentos que fizeram parte da história de algum indivíduo, de algum evento, de algum lugar. Essa prática pode ser desenvolvida em qualquer tipo de suporte documental, desde o papel até o magnético. De acordo com Antonia Heredia “a descrição é a análise realizada por um arquivista sobre os fundos e os documentos de arquivo agrupados

natural ou artificialmente, a fim de sintetizar e condensar a informação neles contidas para oferecê-las aos interessados” (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 299 – 300, tradução nossa).

A descrição terá de ser realizada de forma autêntica, ou seja, o profissional terá de reproduzir exatamente o que aquela informação queria relatar quando foi executada, logo, será imprescindível saber o contexto histórico que foi desenvolvido aquele documento e quem foram os sujeitos envolvidos na análise. Nesse processo, somente deve ser descrito o que aquele documento queria transmitir quando foi produzido, jamais podendo ser acrescentada circunstâncias as quais não são fidedignas àquele documento.

Não há descrição arquivística sem normalização. A fim de proporcionar facilidade na busca da informação requerida pelo usuário, é crucial que os elementos de busca sejam iguais, mesmo se tratando de assuntos e arquivos diferentes. De acordo com Michael Fox:

A normalização não atenderá completamente às necessidades díspares dos diferentes usuários, mas eles acharão a pesquisa muito mais fácil se os arquivos estiverem todos seguindo os mesmos protocolos, ao invés de terem que se adaptar a uma miríade de variações locais. (FOX, 2007, p.27).

Ainda relatando sobre a importância da normalização, a NOBRADE afirma isto:

Normas para descrição de documentos arquivísticos visam garantir descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas. A padronização da descrição, além de proporcionar maior qualidade ao trabalho técnico, contribui para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas. Ao mesmo tempo que influem no tratamento técnico realizado pelas entidades custodiadoras, as normas habilitam o pesquisador ao uso mais ágil de instrumentos de pesquisa que estruturam de maneira semelhante a informação (NOBRADE, 2006, p.10).

Entretanto, “[...] é só nos anos oitenta que se inicia uma discussão mais ampla dos conceitos e modelos visando refinamento, normalização e aprimoramento da função. O primeiro modelo surge deste movimento surge em 1986 com a publicação do Manual of Archival Description (MAD) no Reino Unido” (LINDEN; BARROS; BRÄSCHER, 2017, p.48). A década de noventa também foi importante no processo do desenvolvimento da descrição arquivística:

A atividade de descrever foi modificada como consequência das novas tecnologias e do processo internacional de normalização. A publicação das normas ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDF e ISIAH foram os resultados de caráter internacional mais importante desta área. O surgimento dessas normas

revelou a possibilidade de elaborar projetos normativos que tomaram como ponto de partida os projetos internacionais (PADRÓN, DuniaLlanes, 2014, p.1).

A Norma Internacional de descrição arquivística (ISAD(G)) “estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas. Deve ser usada em conjunção com as normas nacionais existentes ou como base para sua preparação” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2002, p.11).

A partir das exigências da ISAD(G), alguns países começaram a se interessar pela produção e publicação de normas para descrição arquivística conforme suas necessidades. Os arquivistas canadenses, em 1990, publicaram os primeiros capítulos das Regras de Descrição Arquivística (RAD). Em 2006, houve a redação da primeira parte da Norma Nacional de Descrição: Orientações para a Descrição Arquivística I em Portugal.

Para a realização dessa pesquisa será necessária apropriação da Norma brasileira de descrição arquivística (NOBRADE), que foi aprovada pela Resolução Nº 28 do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), conforme NOBRADE 2006 “[...] consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que o Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA) considerava importante, porém, de foro nacional” (NOBRADE, p.10).

Para realização da descrição arquivística, é fundamental que o profissional que realizar essa função saiba da existência das oito áreas que compõem a NOBRADE. Vale frisar que essa norma é aplicável a qualquer de suporte e gênero documental. A seguir, serão exemplificadas essas, segundo essa norma (2006):

1. Área de identificação, onde se registra informação essencial para identificar a unidade de descrição;
2. Área de contextualização, onde se registra informação sobre proveniência e custódia da unidade de descrição;
3. Área de conteúdo e estrutura, onde se registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição;
4. Áreas de condições de acesso e uso, onde se registra informação sobre o acesso à unidade de descrição;

5. Área de fontes relacionadas, onde se registra informação sobre outras fontes que têm importante relação com a unidade de descrição;
6. Área de notas, onde se registra informação sobre o estado de conservação e/ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não tenha lugar nas áreas anteriores;
7. Área de controle da descrição, onde se registra informação sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada;
8. Área de pontos de acesso e descrição de assuntos, onde se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição.

Há, nessa norma, vinte e oito elementos descritores e todos esses devem apresentar título, objetivo, regra(s) geral(is) aplicável(is), comentários em que são fornecidas informações sobre a importância do funcionamento do elemento de descrição, procedimentos que detalham a(s) regra(s) geral(is) e exemplos ilustrativos de maneiras de uso do elemento e de interpretação de sua(s) regra(s). Ademais, têm sete elementos descritores obrigatórios no processo de descrição, tais como: código de referência, título, data(s), nível de descrição, dimensão e suporte, nome(s) do(s) produtor(s) e condições de acesso.

A ISAD(G), quando comparada a NOBRADE, conta com uma área a menos de elementos descritores, apresentando apenas sete. A exceção fica por conta da área de pontos de acesso e descrição de assuntos, exclusiva da norma nacional. Por conta disso, a ISAD(G) tem apenas vinte e seis elementos descritores.

Nada disso poderá ser feito sem o desenvolvimento de um instrumento de pesquisa, que pode ser: catálogos, inventários, guias. Esses podem ser apresentados ao usuário tanto em meio digital quanto em papel. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.108), o instrumento de pesquisa é um “meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas”. Para Bellotto (2006, p.179), “o processo de descrição consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados”. Além disso, será preciso que a instituição adote uma política de descrição arquivística a fim de definir qual a melhor estratégia para a elaboração dos instrumentos de pesquisa. Bellotto afirma que “deve-se estudar a situação do arquivo quanto a recursos humanos e financeiros; preparação técnica e científica do

pessoal; qualidade dos recolhimentos; perfil do usuário e sua demanda de dados; tendências da historiografia e o estado físico da documentação” (BELLOTTO, 2006, p.219 – 220).

No decorrer do trabalho na Secretaria de Estado da Cultura, tive a oportunidade de fazer uma “pré-organização” do acervo audiovisual do fundo documental do Departamento de Fomento. Foi realizado apenas o cadastro desses documentos de acordo com o número do processo de origem e com a quantidade de mídias que foram retiradas para que pudessem compor esse acervo. Contudo, ainda não existe o quadro de arranjo desse conjunto, mas sabe-se da temática que foi originada o processo que deu origem a essas mídias. Esse arquivo, por sua vez, conta com diferentes tipos; entretanto, para este trabalho, irá ser utilizado um conjunto específico para ser descrito de acordo com a NOBRADE. Para isso, foi definido dois dossiês que contém, cada um, um processo SPI com seus anexos, que são documentos registrados em suporte do gênero eletrônico.

O *International Councilon Archives “Access to Memory”* (ICA-AtoM) é um software livre para downloads usado para realizar a descrição arquivística e, para obtê-lo, basta ter acesso à internet um navegador web. O ICA-AtoM foi produzido tomando como base as normas de descrição do International Councilon Archives (ICA): ISAD(G) (segunda edição,1999), ISAAR(CPF) (segunda edição,2003), ISDIAH (primeira edição,2008) e ISDF (primeira edição, 2007). A partir de 2008, também foi adequado a NOBRADE.

Esse software teve início, no ano de 2003, com o relatório do Comitê de Tecnologia da Informação do ICA que estabeleceu requisitos funcionais para o “Open Source Archival Resource Information System (OSARIS)”. Contudo, devido a falta de financiamento, não foi possível dar andamento. No ano de 2005, o programa “Informações para Todos” concedeu 45 mil Euros ao ICA para que se fosse criado um guia on-line de gerenciamento de informações relacionadas à violação de direitos humanos (BUSHEY, 2012, tradução nossa).

Peter Horsman percebeu que esta era uma boa oportunidade para seguir com o projeto OSARIS. Ele ressaltou que o software criado para o banco de dados on-line de Direitos Humanos deveria apoiou-se nos padrões descritivos do ICA. O dinheiro que a UNESCO concedeu poderia ser usado para construir o banco de dados on-line, mas também dobrar como financiamento inicial para criar um

aplicativo de código-fonte aberto de descrição arquivística para uso dos membros do ICA e de outras instituições de memória (GARDEREN, p.16, 2009, tradução nossa).

Percebeu-se que havia relação entre os dois projetos e, com a aprovação da Secretaria Holandesa do ICA do “Institute for Archival Education Research (Archiefshool) foi dada a responsabilidade de coordenação a Peter Van Garderen da empresa “Artefactual Systems” que foi contratado para desenvolver um código fonte aberto para arquivos (BUSHEY, 2012, p.1, tradução nossa).

Flores e Hedlund ressaltam que “o *software* resultante deste projeto teve sua primeira versão lançada em 2006, chamada de ICA-AtoM v.0.1. No ano de 2012, foi lançada versão 1.3, a última até então” (FLORES; HEDLUND, 2014, p.92).

Segundo Peter Horsman, há oito vantagens que o ICA-AtoM oferece:

1. permite as instituições disponibilizar seus arquivos online (continuação não traduzida);
2. gerencia descrições de arquivo de acordo com os padrões do ICA;
3. fornece interfaces multilíngues e recursos de tradução de conteúdo;
4. suporte vários tipos de coleção;
5. totalmente baseado na Web, fácil de usar e segue as melhores práticas de acessibilidade;
6. flexível e personalizável;
7. útil tanto para pequenas como para grandes instituições;
8. suporta implementação de um ou mais repositórios (GARDEREN, 2009, p.18, tradução nossa).

Jéssica Bushey afirma que os valores do projeto ICA-AtoM são conduzir seus negócios no espírito da colaboração de código aberto, incluindo:

1. compartilhar abertamente conhecimentos técnicos;
2. promover melhores práticas profissionais;
3. nutrir uma comunidade ativa de usuários e desenvolvedores;
4. alavancar a tecnologia da web aberta existente para fornecer o melhor software de arquivamento de arquivos;
5. fornecer soluções para organizações com recursos financeiros e técnicos limitados;
6. engajar a participação ativa de organizações que possuam os recursos financeiros e técnicos necessários;
7. fornecer uma área em comum para a colaboração interdisciplinar com comunidades relacionadas;
8. gerar receita para apoiar o ICA-Atom e outras atividades do ICA por meio de um modelo de negócios que se beneficia da ampla adoção do ICA-AtoM (BUSHEY, 2012, p.3, tradução nossa).

Para a execução desse trabalho, será usado o software ICA-AtoM, que é frequentemente usado na descrição. Segundo Dunia Llanes Padrón:

ATOM apresenta uma interface amigável muito distante das bases de dados convencionais. Estabelece relações entre as descrições (vincula registros de autoridade com descrições de documentos, funções e instituições de custódia). Permite incorporar (importar ou ligar) objetos digitais (fotografias ou vídeos, entre outros). As descrições arquivísticas (todas ou parte delas) podem se fazer públicas na rede, o que o converte em uma boa ferramenta de difusão (LLANES PADRÓN, 2016, p.143 – 144, tradução nossa).

Com isso, justifica-se o uso do ICA-AtoM, pois é uma ferramenta prática para a execução da descrição arquivística e, além disso, possibilita um livre acesso por parte do usuário, o que faz com que esse possa acessar qualquer informação que foi descrita e disponibilizada pela instituição. Cabe ao arquivista proporcionar o direito de acesso à informação. Documentos históricos que não são oportunizados para a sociedade ter seu conhecimento retira todo seu valor, pois o destino final da informação é o usuário e não o arquivista. Esse acesso é regulado pela Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, chamada de Lei de Acesso à Informação. Conforme seu Artigo 8º “é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas” (BRASIL, 2011).

Ademais, a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, conhecida como Lei de Direitos Autorais, também regulamenta o acesso a documentos audiovisuais. O Artigo 29 evidencia que depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra (BRASIL,1998). Portanto, é imprescindível saber se realmente é possível a divulgação desse material na mídia a fim de se respeitar o direito autoral do produtor do evento.

Portanto, além dos dossiês Folia Regional de Rua e 28º Reponte ser descrito, também será difundido. Para isso, foi utilizado o ICA-AtoM como ferramenta para a descrição arquivística. Somente o trabalho de descrição terá êxito se essas informações estiverem ao alcance de seus interessados. Além de ser um direito, essa função arquivística proporciona ao cidadão rememorar fatos históricos que ocorreram. No decorrer deste trabalho, deseja-se que as informações descritas sirvam para que outros profissionais deem continuidade a isso. Espera-se que, no âmbito institucional da Secretaria de Estado da Cultura, o arquivista possa ser relacionado como um profissional que possibilita o acesso a memórias a fim de que essas possam ser visíveis não só entre os servidores, mas para a sociedade.

### **2.3 Difusão em arquivos**

O conceito de difusão está relacionado à ideia de propagação de informação e, quando tratamos dessa prática nos arquivos, essa não só está associada a levar a informação para a sociedade, mas também fazer com que as pessoas saibam da

existência do arquivo como instituição e lugar de memória. Segundo Conrado<sup>1</sup> Apud Blaya Perez (2005, p.7) define a difusão como “a divulgação, o ato de tornar público, de dar a conhecer o acervo de uma instituição assim como os serviços que esta coloca à disposição de seus usuários”. Rockembach (2015) afirma que não há no Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p.71) o conceito de difusão; entretanto, o termo mais próximo, segundo esse, seria o de Disseminação da Informação, que é o “fornecimento e difusão de informações através de canais de comunicação”.

A difusão tem o seu tripé que a sustenta, formado pelo usuário que frequenta o arquivo, pela maneira como se realiza a educação patrimonial e pelo Marketing em arquivos.

O arquivista tem como papel de também estudar o público alvo que frequenta seu arquivo, as informações que buscam e a finalidade que será utilizada. Segundo Figueiredo (1994), estudo de usuários são investigações que se fazem para saber o que os indivíduos precisam em matéria de informação, ou então para saber se as necessidades de informação por parte dos usuários de uma biblioteca ou um centro de informação estão sendo satisfeitas de maneira adequada. Ao arquivista, cabe salientar que o usuário é o verdadeiro porquê de seu trabalho, já que dentre as funções arquivísticas também é disponibilizar a informação aos indivíduos. Não teria sentido se o arquivista descrevesse um documento histórico e não desse a oportunidade de uma pessoa acessar e realizar uma pesquisa. Tudo no âmbito das Ciências da Informação gira em torno da recuperação da informação para que fique ao alcance do usuário de maneira rápida e precisa.

Conhecer as necessidades informacionais da comunidade a ser atendida constitui o ponto de partida do planejamento de um serviço de informação e uma preocupação constante no decorrer da prestação de serviços. Deve-se ter em mente que acessibilidade e facilidade são fatores determinantes no uso de serviços de informação e dos canais de informação [...]. (DIAS E PIRES. 2004. p.6).

Uma boa difusão somente será feita se a instituição crie meios que possibilitem que esse acervo se torne visível, tais como exposições, visitas guiadas, páginas na internet, palestras, etc. Diferentemente dos museus e das bibliotecas, os arquivos ainda são tradicionalmente considerados somente como locais de guarda

---

<sup>1</sup>CONRADO, Flavia Helena. **Arranjo, descrição e difusão do patrimônio documental arquivístico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Santa Maria, 2014.

de documentos, pouco sendo relacionados à difusão cultural, decorrentes da falta de exposição da profissão e de seus leques de possibilidades de atuação. Os arquivos ainda têm a reputação de servir a administração e de apenas conter documentos que tenham valor primário. Entretanto, sabe-se que isso não é verídico, visto que, nos arquivos permanentes, vigoram os documentos que contêm valor secundário. Esse “define-se como sendo a qualidade do documento baseada nas utilizações não imediatas ou científicas” (Rousseau e Couture, 1994, p.117). Já o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p.172) define que é um “valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles os quais foi originalmente produzido”. Os arquivos possuem fontes históricas e informações de interesse social para serem difundidas; todavia, isso ainda é pouco desenvolvido na área, pois faltam políticas de educação patrimonial nas instituições.

Bellotto (2006) afirma que a difusão em arquivos está dividida em três categorias: editorial, cultural e educativa. A difusão cultural visa dar visibilidade aos arquivos permanentes através de palestras, seminários, visitas guiadas, que oportunizam ao público externo conhecer o acervo. Quando fui à Cinemateca Captólio, tive a chance de ver, acompanhado de uma arquivista, como era o acervo permanente, como eram acondicionados e armazenados os documentos, qual era a temperatura adequada de conservação desses, entre outros. Todavia, os arquivistas não devem ficar esperando que a sociedade se mobilize e vá até aos arquivos; o profissional deve ter em mente que também deve sair do seu ambiente de trabalho e tentar mobilizar as pessoas a conhecer mais sobre os arquivos. Isso pode ser feito através de palestras em escolas voltadas ao público jovem, ou em cursos de capacitação voltados a temática arquivística com servidores, fazendo, assim, com que saibam reconhecer a importância dos arquivos no cotidiano.

A difusão editorial compreende em comunicar o público sobre as atividades de um arquivo através da mídia impressa. Isso é feito através de jornais, revistas, catálogos, periódicos, entre outros. “O primeiro passo é que o arquivo seja reconhecido, faça parte do cotidiano da leitura dos jornais: um dia o cidadão aparece, por curiosidade ou por outro motivo qualquer” (BELLOTTO, 2006, p.229). Entretanto, esse tipo de difusão está se tornando pouco eficiente, visto que estamos inseridos em um contexto tecnológico, ou seja, o que é exposto em meio digital

acaba tendo mais visibilidade. É crucial que cada arquivo tenha sua página na internet, identificando a instituição, seu propósito e suas possíveis atividades educativas acessíveis ao público. A mídia impressa pode atuar em conjunto com a digital:

Pode-se desenvolver uma revista de história em quadrinhos dirigida ao público jovem (difusão editorial) e disponibilizá-la no site ou blog do arquivo (difusão digital) e, se essa história em quadrinhos abordar noções básicas de conservação de documentos, por exemplo, passará a fazer também difusão educacional. Desta forma, é realizada uma difusão bem ampla, possibilitando que se atinjam diversos pontos de interesse ampliando o número de usuários atingidos pela mesma campanha de difusão (PRADE ;PEREZ, 2017. p.244).

A difusão educativa tem como objetivo aproximar o público infanto-juvenil aos arquivos permanentes com a criação de métodos pedagógicos, possibilitando que o aluno realize uma pesquisa. É a aproximação do estudante com o documento, o que permite que ele possa desenvolver seu senso crítico, ou seja, tentar relacionar com o tema proposto o que aquele documento quer transmitir. É necessário que haja um planejamento por parte do arquivista para receber os alunos e qual o tema que será abordado e, para isso, é crucial que esse tenha contato direto com o professor para que este possa separar a documentação adequada para a pesquisa, por exemplo. As ações educativas “[...] deverão estar voltadas para o desenvolvimento das potencialidades do aluno e contribuir com os processos de desenvolvimento pessoal e à promoção social”. (FREIRE, 2009, p.1).

Cabe salientar que a difusão educativa não está restrita ao público jovem e aos arquivos de terceira idade. No serviço público, são criados cursos de capacitação em arquivologia a fim de esclarecer as dúvidas dos servidores desde a organização e tratamento da informação até a eliminação de documentos. Exemplo disso é o curso de capacitação criado pelo Arquivo Central da UFRGS, que oferece aos interessados a oportunidade de aprender conceitos de Arquivologia e seus princípios, entre outros temas tratados. À medida que o curso avança, é demonstrada a importância dessa área no âmbito institucional da universidade, o processo de avaliação documental e classificação como chaves para a realização da gestão documental e da eliminação de documentos. O importante é explicar seu trabalho e educar as pessoas a tomarem a decisão correta para tratarem sua documentação de maneira segura. Ajudar alguém a classificar um processo, por

exemplo, já é uma forma de educar. Estabelecer regras de como o arquivo quer receber documentos também é outra maneira de instruir o usuário.

O marketing consiste em ser um termo associado ao mercado atrair um consumidor para aquisição de um produto através da mídia. Contudo, esse termo é aplicável aos arquivos, que determina a melhor estratégia para atender as necessidades do público quanto ao acesso à informação. Além disso, “[...] o marketing deve ser visto como uma forma de difundir a instituição e seu acervo, abrindo possibilidades de comunicação e facilitando o acesso do usuário” (DUARTE, 2013, p.19).

### **3. Secretaria de Estado de Cultura e seus arquivos**

Neste capítulo serão introduzidos os referenciais teóricos que abordam a desde a criação da SEDAC-RS até seu papel na sociedade contemporânea; o desenvolvimento do documento audiovisual ao longo do tempo; o surgimento das políticas culturais e da Lei de Incentivo à Cultura no âmbito federal e estadual; a aplicabilidade do ICA-AtoM como instrumento de descrição e difusão arquivística em conjunto com a parte operacional da descrição.

#### **3.1 Secretaria de Estado da Cultura: trajetória histórica**

A área de cultura, no Brasil, sofreu várias modificações ao longo dos últimos 100 anos do ponto de vista de sua formalização nas máquinas públicas. No caso do Rio Grande do Sul, até ser criada a Secretaria de Estado da Cultura a área esteve atrelada a Educação, como no caso federal. Com a expedição do Decreto nº578, em 22 de julho de 1942, houve uma nova organização dos entes estaduais.<sup>2</sup>

Nesse ano, a Secretaria de Educação passou a ser denominada como Secretaria de Educação e Cultura, tendo por competências a administração, na esfera estadual, das atividades relativas à educação escolar e a educação extra-escolar. Alexandre Veiga afirma:

As instituições responsáveis por essa função eram o Museu e Arquivo Histórico do Estado, a Biblioteca Pública e o Teatro São Pedro. O Museu e o Arquivo destinavam-se a “coleccionar, estudar e expor, sistematicamente, as riquezas naturais, artísticas e históricas do Brasil, e, em particular, as do Rio Grande do Sul” (VEIGA, 2013, p.65).

---

<sup>2</sup> As referências utilizadas para a construção deste capítulo estão disponíveis na internet através deste link: <<http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1168453643.HistoriaAdministrativadoRS.pdf>>.

A Lei nº 3.602, expedida em 1º de dezembro de 1958, reorganiza o Poder Executivo estadual e dá as competências da Secretaria, ressaltando que é finalidade da Secretaria “promover, orientar, coordenar, executar e controlar as atividades direta ou indiretamente ligadas aos problemas do ensino da educação e da cultura”.

O Decreto nº 19.801, de 8 de agosto de 1969 estabelece como áreas de competência da Secretaria de Educação e Cultura: “ensino; atividades culturais; desporto e educação física; assistência social ao escolar; patrimônio histórico, arqueológico, científico, cultural e artístico”.

Dez anos depois, houve a criação da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo a partir do desmembramento da Secretaria de Educação e Cultura, de acordo com o Decreto nº 28.650, de 15 de março de 1979. Suas áreas de competência eram “atividades culturais, patrimônio histórico, arqueológico, antropológico, científico, artístico e cultural; tradução e folclore; esporte amador; turismo”.

Quatro anos depois, conforme a expedição do Decreto nº 31.120, de 15 de março de 1983, houve o desmembramento da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo em duas: Secretaria da Educação e Cultura e Secretaria do Turismo e suas áreas de competência passaram a ser: “ensino pré-escolar; ensino de primeiro grau; ensino de segundo grau; ensino supletivo; assistência ao educando; assistência ao deficiente físico, mental e sensorial; relacionamento com as Universidades; relacionamento com as entidades estudantis; atividades culturais; patrimônio histórico, arqueológico, antropológico, científico, artístico e cultural; tradição e folclore; esporte amador”.

Após mais quatro anos, houve a criação do Decreto nº 32.516, de 15 de março de 1987, ressaltando que a Secretaria da Educação e Cultura passou a ser chamada de Secretaria da Educação. A função “cultura” passou ao cargo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural, órgão diretamente vinculado ao Governador do Estado, até 1989.

Dois anos se passaram e criou-se a Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, de acordo com o Decreto nº 33.314, de 29 de setembro de 1989, sinalizando que a essa secretaria teria de zelar pelas “atividades culturais;

patrimônio histórico, arqueológico, antropológico, científico, artístico e cultural; tradição e folclores”.

Em 1990, criou-se a Secretaria da Cultura, com a expedição da Lei nº 9.117 em 20 de julho. De acordo com o parágrafo único do primeiro artigo, essa secretaria tem como competências:

I-garantir o pleno e efetivo exercício dos direitos culturais; II - assegurar o acesso às fontes da cultura em níveis nacional e regional; III- apoiar e incentivar a produção, a valorização e a difusão das manifestações culturais; IV - incumbir-se da gestão da documentação governamental pertinente à cultura e das providências para franquear-lhe a consulta; V - assegurar as condições e os meios necessários à proteção do patrimônio cultural, nos termos do art. 222 da Constituição do Estado; VI - manter cadastro atualizado do patrimônio histórico e dos acervos culturais público e privado, fornecendo orientação técnica para os cadastros municipais; VII - colaborar com as ações culturais dos municípios; VIII - promover e incentivar a pesquisa técnico-científico-cultural; IX - promover o desenvolvimento do processo cultural nos planos técnico-didático-pedagógico; X - promover o intercâmbio cultural com áreas afins de outros Estados e de países do Cone Sul, visando proporcionar um maior relacionamento das áreas de cultura (RIO GRANDE DO SUL, 1990).

O Site institucional da Secretaria de Estado salienta que o atual papel da Sedac na sociedade é planejar, coordenar e executar os programas públicos do Rio Grande do Sul para o desenvolvimento das atividades culturais, turísticas e esportivas a fim de que se possibilite a difusão e valorização da cultura gaúcha, a inclusão social e o aumento da qualidade de vida no Estado. Dentro desses esforços, essa secretaria também promove a interação e o intercâmbio com entidades públicas e privadas nacionais e internacionais.

### **3.2 Políticas Públicas e a Lei de Incentivo à Cultura**

Em 1939, aconteceu a criação do Ministério de Assuntos Culturais da França, sob direção de André Malraux. Esse ministério tinha como objetivo “[...] a retomada do poderio cultural francês no ocidente e no mundo, bastante abalado no período posterior à Segunda Guerra Mundial [...]” (RUBIM, Antonio Albino Canelas, [?], p.15). Nesse período, houve a geração de políticas culturais no ocidente.

No governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945) implementaram-se as primeiras políticas públicas culturais do país. No âmbito da preservação patrimonial, destaca-se a criação, em 1937, do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), “[...] pensado como um ponto institucional de convergência de parte da

intelectualidade brasileira da época para organizar os recursos públicos destinados às áreas culturais” (MOLLER; VALIATI, 2016, p.254). Conforme Nadya e Maria Rosa:

Subordinado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, é criado em 13 de janeiro de 1937 e regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro do mesmo ano. Presidido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que esteve à frente da instituição durante 30 anos até se aposentar, contou com o apoio de vários artistas e intelectuais, como o poeta Mario de Andrade e o arquiteto Lucio Costa (MIGUEL;CORREIA, 2009, p.4)

Ainda nesse período, foram gerados o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), o Instituto Nacional do Livro (INL), e o Conselho Nacional de Cultura.

Em 1939, criou-se o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que controlava os materiais publicados através dos meios de comunicação da época, tais como jornais, revistas, rádios, etc. De acordo com o Decreto-Lei nº 1.915, de 57 de dezembro de 1939, esse departamento tinha várias finalidades, como, por exemplo, classificar os filmes educativos e os nacionais para concessão de prêmios e favores, estimular a produção de filmes nacionais, colaborar com a imprensa estrangeira no sentido de evitar que se divulguem informações nocivas ao crédito à cultura do país, entre outras.

A radiodifusão fez parte da Era Vargas, que contemplou a primeira rádio do país: a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923. Entretanto, conforme Calabre (2005), somente no ano de 1932 que houve legislação específica sobre transmissões radiofônicas para sua promulgação. Com isso, “as emissoras deixaram de ser iniciativas de clubes e sociedades mantenedoras para adquirir formato comercial” (OLIVEIRA, Luiz André Ferreira de, 2006, p.20).

Durante o governo Sarney houve a criação do Ministério da Cultura em 1985, que “gestaria uma nova forma de interação com o mercado e os agentes culturais que marcariam as décadas seguintes” (MOLLER; VALIATI, 2016, p.254). Além disso, foi desenvolvida a Lei nº 7.505, de 02 de junho de 1986, chamada de Sarney, que “foi a primeira Lei Federal de Incentivos Fiscais à Cultura do Brasil, apresentada em 1972, mas aprovada somente em 1986” (BELEM; DONADONE, 2013,p.52). Essa Lei trouxe inovações na maneira como captava recursos:

[...] inaugurou o mecanismo de renúncia fiscal como instrumento de fomento cultural. Nesse mecanismo, o Estado abdica da arrecadação de imposto de

renda para que contribuintes privados se engajem em mecenato, no financiamento direto aos agentes executores de atividades e bens culturais (MOLLER; VALIATI, 2016, p.254).

Calabre (2007) afirma que no ano de 1990, durante o governo de Fernando Collor, houve a extinção do Ministério da Cultura junto com outros órgãos que faziam parte dele e, ademais, realizou-se a revogação da Lei Sarney. Com isso, ocorreu falta de investimentos no âmbito cultural, fazendo, assim, com que os estados e os municípios abarcassem as atividades culturais.

Gerou-se, por Sérgio Paulo Rouanet, a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, chamada de Lei Rouanet, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Fazem parte desse programa o Fundo Nacional da Cultura (FNC), os Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART) e o Incentivo a Projetos Culturais (BRASIL, 1991).

De acordo com Nathalia Frontini (2019), a Lei Rouane uma política de incentivo fiscal na qual empresas e pessoas físicas podem destinar parte de seu imposto de renda devido, para projetos e ações culturais. O governo transfere parte da responsabilidade da decisão do que será investido em cultura no país para aqueles que podem fazer a renúncia fiscal.

O Portal EBC (2016) ressalta que podem solicitar o apoio por meio da Lei Rouanet pessoas físicas que atuam na área cultural, como artistas, produtores e técnicos, e pessoas jurídicas, como autarquias e fundações, que tenham a cultura como foco de atuação. As propostas enviadas ao Ministério da Cultura (MinC) podem abranger diversos segmentos culturais, como espetáculos e produtos musicais ou de teatro, dança, circo, literatura, artes plásticas e gráficas, gravuras, artesanato, patrimônio cultural (museus) e audiovisual (como programas de rádio e TV).

No processo para receber o benefício, a proposta deve ser aprovada pelo MinC e, se isso ocorrer, o titular do projeto pode captar recursos com cidadãos ou empresas. O ciclo de aprovação de projetos inclui diversas etapas e se finaliza com a avaliação da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), que é formada com paridade de membros do poder público e da sociedade civil.

Durante o governo de Antonio Britto, houve a criação da Lei nº 10.846, de 19 de agosto de 1996, denominada de Lei de Incentivo à Cultura do Rio Grande do Sul (LIC/RS), que instituiu o Sistema Estadual de Financiamento e Incentivo às Atividades Culturais. Essa foi regulamentada pelo Decreto nº 36.960, de 18 de outubro de 1996, que regularizava o ICMS instituído pela LIC/RS.

Entretanto, a Lei 10.846 foi alterada, dando origem ao Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais, denominado PRÓ-CULTURA, instituído pela Lei nº 13.490, de 21 de julho de 2010.

O Pró-Cultura/RS é um sistema que abrange a Lei de Incentivo à Cultura e o Fundo de Apoio à Cultura, que se diferenciam na maneira como captam recursos: este é um mecanismo de fomento direto de Estado, sem necessidade de captação de patrocínio, para produtor cultural cujo projeto tenha sido selecionado através de Edital. Já o outro é um mecanismo de fomento indireto que oferece benefício fiscal para empresas que patrocinem os projetos culturais aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura.

Luana Cunha (2016) ressalta que, no caso da LIC/RS, as empresas que apoiam projetos culturais aprovados têm o valor deduzido do ICMS (Imposto Sobre Comércio de Mercadorias e Serviços). O fomento é indireto, ou seja, não sai diretamente do cofre dos Estados, é o governo que deixa de arrecadar as receitas dos impostos que são repassadas para os projetos. As avaliações ocorrem em várias etapas, determinando orçamentos, passo a passo, e até o mérito cultural do projeto. Após avaliação prévia, os projetos “competem entre si”. Essa fase é importante, pois não há recursos suficientes para a demanda, e a triagem seleciona aqueles que receberão os incentivos.

A empresa que tiver interesse em patrocinar o projeto deve contribuir com o ICMS-RS e não poderá ter aderido ao Simples Nacional, além de estar em situação regular com a Secretaria da Fazenda (SEFAZ). Ocorre o abatimento de 100% do valor patrocinado, havendo limite de apropriação, que varia conforme saldo devedor do ICMS em cada período de apuração, de acordo com a tabela do artigo 6 da Lei nº 13.490. Deve ser repassado pelo patrocinador percentual de 5%, 10% ou 25%, dependendo do projeto, ao FAC/RS.

Diversos projetos culturais são contemplados por essa Lei, que são divididos em nove áreas distintas, com seus respectivos exemplos:

Art. 4º: I – as áreas culturais de: a) artes cênicas: dança, teatro, circo e outras manifestações congêneres; b) música; c) tradição e folclore; d) carnaval de rua; e) artesanato; f) culturas populares; II – registro fonográfico; III – literatura, incluindo as iniciativas relativas a: a) feiras de livro; b) impressão de livros, revistas, obras informativas, obras de referência e correlatas; IV – audiovisual, inclusive: a) produção de cinema; b) produção de vídeo; c) novas mídias; d) concursos; e) eventos de exibição; f) outras; V – artes visuais: a) artes plásticas; b) “design” artístico; c) fotografia; d) artes gráficas; e) outras; VI – pesquisa e documentação relativa a patrimônio cultural imaterial; VII – projeto e execução para preservação e restauração de bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio cultural protegido na forma da lei; VIII – construção, restauro, preservação, conservação e reforma de centros culturais, bibliotecas, museus, arquivos, salas de cinema, e outros espaços culturais de interesse público nos limites do art. 6º. , inciso II; IX – aquisição de acervo. (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

O produtor cultural deverá cadastrar seu projeto na página da Secretaria de Estado da Cultura e, após sua aprovação, poderá adquirir recursos para sua execução. O Manual de Cadastro Estadual de Produtor Cultural (2018) explica passo a passo como o produtor cultural deve proceder com seu cadastro e com as documentações necessárias para sua efetivação.

### **3.3 Arquivo especial do Departamento de Fomento e seus documentos audiovisuais**

Com o surgimento da fotografia, no século XIX, a sociedade pode compreender que as informações podiam ter outras características que iam além do registro textual: o documento passava a registrar imagens, inovando na forma de transmissão da informação.

O mundo tornou-se de certa forma “familiar” após o advento da fotografia; o homem passou a ter um conhecimento mais preciso e amplo de outras realidades que lhe eram, até aquele momento, transmitidas unicamente pela tradição escrita, verbal e pictórica (KOSSOY, 2003, p.26).

Joseph Nicéphore Niépce (1765 – 1833) foi um dos inventores da fotografia, sendo o primeiro a fixar uma imagem feita por uma câmara escura fazendo uso do betume de Judéia a fim de estabilizar as imagens que eram registradas, sendo o primeiro a realizar a captura de uma imagem, em 1826.

Louis Jacques Mandé Daguerre (1787–1851) tornou-se sócio de Niépce ao notar que ambos tinham semelhanças em seus projetos. Erivam Oliveira (2006, p.2)

afirma que “[...] Daguerre, ao perceber as limitações do betume de Judéia e dos métodos utilizados pelo seu sócio, decide prosseguir sozinho nas pesquisas com a prata halógena”.

Ivana Abel (2012) ressalta que, na técnica utilizada por Louis, a imagem era gravada diretamente em placas de prata finamente polidas, emulsionadas inicialmente com vapor de iodo, que forma o iodeto de prata, sensível à luz. Depois de preparadas, essas placas eram colocadas em uma câmara escura e, depois de expostas à luz para capturar a foto, passavam por um processo de revelação com vapores de mercúrio e de fixação com água e sal. Essa técnica foi chamada de daguerreótipo, reconhecida pela Academia de Ciências de Paris no ano de 1839.

“Com a disseminação do daguerreótipo, a sociedade européia oitocentista passou a desenvolver uma enorme atração pelos retratos. Isso deveu-se à crença de que a imagem fotográfica era a reprodução fidedigna da realidade [...]” (SOARES, Miguel Augusto Pinto, 2007, p.59).

O inglês Willian Fox Henry Talbot (1800-1877) foi o inventor que mais conseguiu se aproximar do que se entende por fotografia no cotidiano, pois seu método, denominado de calotipia ou talbotipia:

“[...] permitia a duplicação das imagens por um procedimento simples: bastava colocar uma folha de papel fotográfico sob a imagem previamente obtida através de uma câmara fotográfica e expô-la à luz para que a cópia fosse realizada, por contato direto” (GIACOMELLI, Ivan Luiz, 2008, p.23).

Monteiro (2004) ressalta que, no Brasil, o termo *photographie* havia sido utilizado, em 1834, pelo francês Antonie Hercule Romauld Florence (1804-1979) durante o desenvolvimento de seu experimento, que era feito com impressões fotográficas que eram sensibilizadas pela luz solar e de substâncias fotossensíveis, desenvolvido desde 1833. Entretanto, nunca teve reconhecimento em sua pesquisa, pois Daguerre teve sua descoberta anunciada em 1839, retirando seu prestígio.

Com o advento do cinema, a sociedade passou a compreender que a informação também poderia ser projetada através de sons e movimentos, que o diferenciou da fotografia.

No começo do século XX, o cinema inaugurou uma era de predominância das imagens. Mas quando apareceu, por volta de 1895, não possuía um código próprio e estava misturado a outras formas culturais, como os

espetáculos de lanterna mágica, o teatro popular, os cartuns, as revistas ilustradas e os cartões-postais (MASCARELLO, Fernando, 2006, p.17).

Imagens em movimento não surgiram em apenas um dia. Antes de tornar isso possível, as pessoas tentaram criar a ilusão do movimento. Isso provou ser possível com apresentações de lâminas que eram criadas pelas lanternas mágicas, funcionando inicialmente como projetores (GOMERY, Douglas; PAFORT-OVERDUIN, Carla, 2011, p.10, tradução nossa).

Com base nisso, os cientistas iniciaram a trabalhar inventar câmeras de filme e projetores, com destaque para Thomas Alva Edison, nos Estados Unidos, e os irmãos franceses Auguste e Louis Lumière.

As primeiras exibições de filmes com uso de um mecanismo intermitente aconteceram entre 1893, quando Thomas A. Edison registrou nos EUA a patente de seu quinetoscópio, e 28 de dezembro de 1895, quando os irmãos Louis e Auguste Lumière realizaram em Paris a famosa demonstração, pública e paga, de seu cinematógrafo (MASCARELLO, Fernando, 2006, p.18).

Geroge Eastman (1854-1932) foi o fundador da empresa Eastman Kodac e o inventor do rolo de filme. Como fotógrafo amador, Eastman, não satisfeito com o peso da câmera e com as lâminas de vidro que estavam disponíveis na época, começou a trabalhar com um rolo de papel filmico, que foi aperfeiçoado como um filme transparente flexível. Em 1888, ele apresentou a câmera da Kodac e, em 1892, estabeleceu a empresa Eastman Kodac (GOMERY; PAFORT-OVERDUIN, 2011, p.12, tradução nossa).

Com o surgimento do VHS, as pessoas começaram a assistir o que elas queriam na televisão, tornando donas de sua própria programação. Bastava inserir a fita em um aparelho reproduzidor de VHS devidamente conectado a TV para ver aquilo que desejavam o que se tornou uma nova forma de entretenimento.

Mollee Shannon (200?, tradução nossa) ressalta que Hollywood começou usando a fita magnética para gravação na década de 50, mas essa tecnologia era cara e inacessível para o uso no dia a dia. Durante os anos 70, houve um crescimento da *Victory Company of Japan* (JCV) com a produção da U-matic, disponível em 1971, fazendo com que cidadãos de todo país tivessem o desejo de adquiri-la. Após isso, o VHS se tornou disponível nos Estados Unidos em 1977, após revelação bem sucedida no Japão, em 1976.

Priya Ganapati (2010, tradução nossa) relata que o VHS tinha concorrência: o Betamax, lançado pela Sony em 1975. Contudo, havia diferenças entre o tempo de gravação entre esses dois produtos: este tinha capacidade de gravação de apenas uma hora; o outro tinha o dobro. Os formatos VHS e Betamax não eram compatíveis, levando a uma disputa de uma década por participação no mercado.

Nilton Kleina (2019) afirma que outro erro grave do Betamax foi repetido pela Sony em outros formatos proprietários: por mais de dez anos, só ela tinha direito de fabricar fitas e gravadores da tecnologia, enquanto o VHS era um consórcio enorme e liberava parcerias facilmente. A JVC fez um ótimo trabalho em convencer outras marcas, incluindo a Panasonic. Com isso, o VHS, por ter mais circulação de fitas e não existir a compatibilidade entre os aparelhos ganhou naturalmente a disputa pelo mercado.

Em 8 de março de 1979, um protótipo do *Compact Disc* (CD) sistema de áudio digital foi apresentado na Philips, na cidade de Eindhoven, Países Baixos, a uma conferência de aproximadamente 300 jornalistas. Esse sistema foi apresentado e demonstrado por J.P. Sinjou, chefe do Laboratório Compact Disc da Philips, grupo principal da indústria do áudio. O sistema demonstrado era a conclusão de uma fusão bem sucedida de duas grandes tecnologias existentes: primeiro, a leitura óptica, usando um laser, das informações armazenadas em um disco e, segundo, a codificação e decodificação digital e o processamento digital de sinais (J.B.H PEEK, 2009, p.11, tradução nossa).

Há 33 anos era lançado o primeiro CD no Brasil. Gravado por Nara Leão, em parceria de Roberto Menescal, era lançado o disco “Garota de Ipanema”, que continha músicas que marcaram épocas, como, por exemplo, Águas de Março, O Barquinho e Garota de Ipanema.

O CD representou uma nova etapa na evolução dos suportes, pois permitia reproduzir músicas com mais qualidade, continha maior espaço para armazenamento interno e oferecia maior durabilidade.

O *Digital Versatile Disc* (DVD) surgiu em 1996 com a junção de duas tecnologias concorrentes de disco ópticos. O DVD foi desenvolvido por um grupo de dez empresas de consumo de eletrônicos, chamado de DVD Forum, que

concordaram com um conjunto de especificações técnicas para cada formato de DVD. Inicialmente, cinco especificações foram publicadas, incluindo DVD-ROM, DVD-Video, DVD-Audio, DVD-R e DVD-RAM (LABARGE, Ralph, 2001, p.3, tradução nossa).

Inicialmente, as vendas dos primeiros discos e aparelhos de DVD foram realizadas no Japão, em novembro de 1996. Um ano após, era a vez dos Estados Unidos dar início a entrada dessa nova tecnologia nos mercados. Em 1998, a Europa também começou a disponibilizar essa mídia, e, na Austrália, só chegou em 1999. No Brasil, começou a se popularizar a partir de 2002.

LaBarge (2001) ressalta que, durante os anos 2000, o DVD não era só associado apenas a reprodução de filmes, pois começou a se tornar uma tecnologia convencional para empresas, por exemplo.

A ANCINE, segundo a Instrução Normativa nº 105, expedida em 10 de julho de 2012 define obra audiovisual como:

Produto da fixação ou transmissão de imagens, com ou sem som, que tenha a finalidade de criar a impressão de movimento, independente dos processos de captação, do suporte utilizado inicial ou posteriormente para fixá-las ou transmiti-las, ou dos meios utilizados para sua veiculação, reprodução, transmissão ou difusão (AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA, 2012).

Mundet (1994, p.101, tradução nossa), ao definir que a “classe está determinada pelo procedimento usado para transmitir as informações”, define audiovisual a classe que “combina a imagem em movimento e o som, embora os primeiros exemplos carecessem deste último aspecto: filmes, fitas de vídeo, videodiscos, etc”.

Quanto às informações que compõem a documentação audiovisual, tratam-se de filmes que foram produzidos ou de filmagens de um evento, que estão registradas tanto em DVD quanto em VHS. Além disso, há filmagens de programas de televisão, que estão armazenados em fitas S-VHS, suporte de difícil reprodução devido à dificuldade de encontrar um aparelho eletrônico para reproduzi-las.

O gênero documental sonoro também compõe esse arquivo especial, uma vez que foram gravadas diversas músicas por diferentes artistas do estado, registradas em CDs. Segundo Gumaro Damián Cervantes (2008, p.49, tradução

nossa) “esta classe transmite a informação por meio de uma linguagem verbal ou mediante sons. Requer determinado equipamento tecnológico tanto o registro de dados em um suporte, como sua consulta”.

Já o Glossário da CTDAISM define que o documento musical:

[...] se caracteriza por conter informação musical, isto é, aquela que emana tanto da dimensão fenomenológica da música (fixada em registros sonoros e audiovisuais) quanto da sua dimensão linguística e semiológica (materializada nos registros em notação musical ou musicográficos) (CONARQ, 2018, p.13).

Diferente da visão arquivística que tende a tratar os registros audiovisuais, sonoros e iconográficos como fontes de memória, esses documentos foram gerados a fim de prestar contas, não tendo cunho cultural na sua produção. Vale ressaltar que esses são também registros probatórios de que algo ocorreu. Marcelo Nogueira afirma que:

Os documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros são muitas vezes percebidos como espelhos do real, simulacros, provas de que algo realmente aconteceu daquela forma, da exata maneira como está registrada, como se um registro sonoro ou uma imagem apresentada representasse a confirmação, a prova que algo se deu como ali está apresentada (SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de, 2016, p.36).

Esses documentos, no entanto, também remetem a eventos que ocorreram no Estado que sempre são lembrados pela sociedade gaúcha, como, por exemplo, A Festa da Uva e a Oktoberfest. Classificou-se esse acervo arquivístico como permanente, pois forma um “conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor para a eficácia da ação administrativa, como prova, garantia de direitos ou fonte de pesquisa” (BERNARDES, Ieda Pimenta, 1998, p.42). Mundet (1994, p.98) conceitua o arquivo de terceira idade contendo “[...] documentação selecionada pelo seu valor informativo, histórico e cultural, conserva-se a perpetuidade, em condições que garantem sua integridade e transmissão as gerações futuras, pois constitui parte do patrimônio histórico [...]”.

No arquivo do Departamento de Fomento, há a acumulação ordenada de processos que foram financiados pela LIC/RS ou pelo FAC/RS, sendo eles organizados em dois grupos: processos homologados, que já tiveram suas prestações analisadas e aceitas, e não homologados, cuja prestação de contas ainda não foi analisada. O arquivo especial desse departamento é composto por 2.384 CDs, 534 DVDs, 185 fitas VHS, 20 fitas Betacamp, 7 fitas k7, 6 pen-drives e 2

disquetes devidamente cadastrados fazendo relação com o seus processos de origem. Durante a tarefa de organização desse acervo, houve a separação dos documentos textuais de seus anexos que, na maioria das vezes, pertenciam ao gênero audiovisual, contendo exemplares de fitas VHS, fitas S-VHS e DVDs, ou ao gênero sonoro, com exemplares de CDs. Isso ocorreu devido à maneira como esses suportes têm de ser tratados, pois há necessidade de um acondicionamento e armazenamento diferentes. À medida que se separava esse material, foi necessário cadastrá-los com o número do processo SPI que os originou e com os títulos dos projetos para obter controle dessa documentação. Com isso, houve a formação de um arquivo especial, que, de acordo com Marilena Leite Paes:

[...] são aqueles que têm sob sua guarda documentos em diferentes tipos de suporte e que, por esta razão, merecem tratamento especial não apenas no que se refere ao seu armazenamento, como também ao registro, acondicionamento, controle e conservação (PAES, 2004, p. 147).

### 3.4 Estudo de caso do acervo audiovisual do Departamento de Fomento através do ICA-Atom

Para a realização da descrição, foram escolhidos dois dossiês, os quais têm, além de processos físicos, documentos em suporte eletrônico, tais como CDs e DVD. Utilizou-se o ATOM, que fica hospedado em um servidor web da Procergs contratado pela SEDAC, e a NOBRADE para a normalização da descrição.

Primeiramente, devem-se respeitar os níveis hierárquicos que compõem o acervo do Departamento de Fomento, logo, iniciou-se o trabalho pela descrição do fundo documental, preenchendo os campos referentes à área de identificação, contendo título, datas de produção dos processos analisados e nível de descrição.

Figura 1: Descrição da área de identificação do fundo documental

Área de identificação		»
Título	Fomento	
Data(s)	• 2005:2011 (Produção)	
Nível de descrição	Record group	

Na área de contextualização, foi feita uma pesquisa para saber como se constituiu esse departamento e quais são suas funções atualmente. Além disso,

constam o nome do produtor dos projetos culturais e a instituição detentora desse acervo.

Figura 2: Descrição da área de contextualização do fundo documental

Área de contextualização	
Nome do produtor	Departamento de Fomento
Instituição detentora de acervo	Departamento de Fomento
História do arquivo	<p>O modelo de financiamento dos projetos culturais através de recursos públicos oriundos do Tesouro do Estado, no Rio Grande do Sul, foi configurado através da Lei nº 10.846, de 19 de agosto de 1996. Nessa legislação, ficou definido que os projetos que tinham como objetivo promover a cultura em geral teriam como meio de financiamento a aplicação de recursos obtidos através de compensação de parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em valores específicos para a aplicação.</p> <p>Para possibilitar a execução desse procedimento, foi criado um departamento específico, no âmbito da Secretaria Estadual da Cultura, encarregado de receber, processar e controlar a aplicação desses recursos nos citados projetos culturais. Essa unidade inicialmente denominou-se Departamento de Fomento, sendo que ao longo dos anos passou por algumas reformulações de procedimento e atuação, mantendo; no entanto, sua tarefa específica, a de gerenciar os projetos culturais que solicitaram apoio financeiro para sua realização. É, atualmente, essa mesma unidade que recebe e processa os pedidos de destinação de recursos aos projetos incentivados através da desoneração fiscal, além daqueles que são promovidos por investimento direto de recursos do Tesouro do Estado, através de editais.</p>

Após isso, iniciou-se a segunda etapa do trabalho, que foi realizar a descrição da série documental intitulada de “Projetos Desenvolvidos”. Preencheu-se o primeiro elemento descritor com título e com nível de descrição da série, de acordo com a figura abaixo:

Figura 3: Descrição da área de identificação da série documental

Área de identificação	
Título	Projetos Desenvolvidos
Nível de descrição	Série

Ressalta-se que o nome do produtor e a instituição detentora de acervo foram campos que se repetiram nos dossiês e nos itens documentais. Para completar os campos do segundo elemento descritor, analisou-se a composição dos dois

processos escolhidos. Notou-se que há semelhanças e pequenas diferenças entre esses, conforme a figura abaixo:

Figura 4: Descrição da área de contextualização da série

Área de contextualização	
Nome do produtor	Departamento de Fomento
Instituição detentora de acervo	Departamento de Fomento
História do arquivo	De modo geral, observou-se que os projetos foram apresentados com: folha rosto; folha de cadastro de projeto cultural; planilha de custos e termo de responsabilidade. Além disso, podem constar outros documentos, como, por exemplo, clipagens e folders relacionados ao projeto cultural.

Para preencher os campos do terceiro elemento descritor, bastou saber quais são as temáticas dos projetos culturais, que podem ser financiados indiretamente pela LIC/RS, ou diretamente pelo FAC/RS, como explicado anteriormente.

Figura 5: Descrição da área de conteúdo e estrutura da série documental

Área de conteúdo e estrutura	
Âmbito e conteúdo	Os projetos tratam de festivais culturais, peças de teatro, apresentações musicais, produções de filmes e documentários, financiados pela LIC/RS ou com investimento direto do Tesouro de Estado via FAC/RS.

Finalizando o segundo nível de descrição, foram completados os campos da área de controle da descrição, contendo o autor desse trabalho, o status da descrição, o nível de detalhamento e o idioma da série, conforme a figura abaixo:

Figura 6: Descrição da área de controle da descrição da série documental

Área de controle da descrição	
Identificador da descrição	Descrição realizada por Marcus da Rocha no dia 22/11/2019
Status	Versão preliminar
Nível de detalhamento	Parcial
Idioma(s)	<ul style="list-style-type: none"> <li>português do Brasil</li> </ul>

Após descrever a série, começou-se a descrever os dossiês escolhidos. O primeiro a ser analisado foi o dossiê do projeto “Folia de Rua Regional”. Inicialmente,

foi feita uma pesquisa para entender o contexto de criação desse e, para isso, realizou-se uma leitura de seu processo SPI. De acordo com esse:

“Em 4 de julho de 1907, a Vila de Mussum, chamada de General Osório, fundava a Sociedade Cosmopolitana de Mutuo Socorro José Garibaldi com fins recreativos e beneficentes. Após 22 dias de sua fundação, a mesma já possuía sua sede social, onde diversas atividades esportivas foram desenvolvidas, como, por exemplo, a ginástica.

Em 1932, na Vila de Mussum, originou-se o Clube Ideal, que se tornou referência de eventos como orquestras famosas e bailes de carnaval que se tornaram destaque no Alto Taquari. Esses, por sua vez, acabaram atraindo pessoas de outras cidades para participar dessas festividades, tais como Estrela, Lajeado, Arroio do Meio, Encantado, Roca Sales e Guaporé.

Nessa época foram realizados os primeiros desfiles de rua e, com o passar dos anos, esses tomaram proporções maiores com a presença de blocos de todo o Vale do Taquari e outras regiões e, no ano de 1996, com a parceria da Prefeitura Municipal e entidades iniciou-se a Carnafolia de Rua Regional, sendo mantida até hoje, procurando preservar a tradição e desenvolver o espírito carnavalesco na região do Vale do Taquari e do Estado.

O intuito deste projeto é manter vivas as tradições carnavalescas a fim de que gerações futuras continuem preservando esses eventos culturais, visando contemplar outras cidades da região alta do Vale do Taquari com entrada franca para todos. Para isso, buscou-se o apoio do Governo do Estado, através da Lei de Incentivo à Cultura, uma parceria de trabalhos culturais envolvendo música, dança e folclore que servirão de ensinamento da tradição de nossos carnavais”.

Após a verificação de criação do contexto, foi descrito o primeiro elemento descritor, no qual se identificou o nome do projeto, o nível de descrição e a quantidade de elementos que comportam esse dossiê, ilustrados abaixo:

Figura 7: Descrição da área de identificação do dossiê Projeto Folia de Rua Regional

Área de identificação		»
Título	Projeto Folia de Rua Regional	
Nível de descrição	Dossiê	
Dimensão e suporte	Contém 1 processo SPI, 1 CD e 1 DVD	

O segundo elemento descritor será o mesmo para os dossiês e para os itens documentais, pois fazem referência ao mesmo produtor e mesma instituição detentora de acervo, conforme ilustrado abaixo:

Figura 8: Descrição da área de contextualização do dossiê Projeto Folia de Rua Regional

Área de contextualização		»
Nome do produtor	Departamento de Fomento	
Instituição detentora de acervo	Departamento de Fomento	

O próximo passo foi realizar uma descrição sumária do projeto, baseando-se no texto elaborado sobre a criação e o motivo da realização do projeto. Além disso, consta brevemente o conteúdo de seus dois anexos:

Figura 9: Descrição da área de conteúdo e estrutura do Projeto Folia de Rua Regional

Área de conteúdo e estrutura		»
Âmbito e conteúdo	<p>Após a criação de vários festivais carnavalescos ocorridos no passado, foi criado esse projeto a fim de manter viva as tradições dos carnavais que aconteceram no passado para que as futuras gerações possam preservá-las. Contém 1 processo SPI contendo os detalhes e justificativas da geração desse projeto, além de ter uma gravação dos diferentes eventos ocorridos armazenada em 1 DVD e 1 CD contendo o áudio de divulgação do evento.</p> <p>«</p>	

Criou-se uma taxonomia territorial a fim de completar os campos da área de pontos de acesso. Para isso, utilizou-se como referência o Decreto nº 40.349 de 11 de outubro de 2000, que “estabelece uma divisão territorial como referência para as estruturas administrativas regionais dos órgãos do Poder Executivo” (RIO GRANDE DO SUL, 2000). Ademais, criou-se também a taxonomia livre de assunto, conforme o conteúdo do dossiê conforme a figura abaixo:

Figura 10: Descrição da área de pontos de acesso do dossiê Projeto Folia de Rua Regional

Pontos de acesso	
Pontos de acesso de assunto	<ul style="list-style-type: none"> <li>Festas populares » Carnaval de rua</li> </ul>
Pontos de acesso de locais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Brasil » Rio Grande do Sul » Dois Lageados</li> <li>Brasil » Rio Grande do Sul » Encantado</li> <li>Brasil » Rio Grande do Sul » Muçum</li> <li>Brasil » Rio Grande do Sul » Nova Bréscia</li> <li>Brasil » Rio Grande do Sul » Roca Sales</li> <li>Regiões de referência administrativa do Rio Grande do Sul » Vale do Taquari</li> </ul>

A última etapa foi descrever a área de controle de descrição, contendo o nome do autor do trabalho, o status, o nível de detalhamento, o idioma e o sistema de escrita:

Figura 11: Descrição da área de controle de descrição do dossiê Projeto Folia de Rua Regional

Área de controle da descrição	
Identificador da descrição	Descrição realizada por Marcus da Rocha no dia 22/11/2019
Status	Versão preliminar
Nível de detalhamento	Parcial
Idioma(s)	<ul style="list-style-type: none"> <li>português do Brasil</li> </ul>
Sistema(s) de escrita(s)	<ul style="list-style-type: none"> <li>árabe</li> </ul>

Concluída essa fase, o próximo passo foi a descrição dos itens documentais, iniciando pelo processo do projeto. O primeiro elemento descritor foi preenchido com o título, contendo seu número de protocolo; a data de produção e de encerramento desse; seu nível de descrição e sua dimensão e suporte:

Figura 12: Descrição da área de identificação do processo Folia Regional de Rua

Área de identificação	
Título	Processo SPI 20571100052
Data(s)	<ul style="list-style-type: none"> <li>2005-08-15 - 2013-03-08 (Produção)</li> </ul>
Nível de descrição	Item
Dimensão e suporte	Textual 164 fls

Para a descrição do segundo elemento descritor, ver Figura 8. Para preencher a próxima área, leu-se o processo a fim de compreender sua estrutura, conforme demonstrado abaixo:

Figura 13: Descrição da área de conteúdo e estrutura do processo Folia Regional de Rua

Área de conteúdo e estrutura	
Âmbito e conteúdo	Documentos textuais, contendo relatório físico do projeto, um exemplar de cartaz do evento usado para divulgação, carta de habilitação de patrocínio.

Na área de condições de acesso e uso, foram definidas as condições de acesso e reprodução do material, além de estabelecer o idioma trabalhado e as características físicas e requisitos técnicos:

Figura 14: Descrição da área de conteúdo e estrutura do processo Folia Regional de Rua

Área de condições de acesso e uso	
Condições de acesso	Documento textual de livre acesso, conforme a Lei de Acesso à Informação.
Condições de reprodução	Documento textual com restrição de reprodução de acordo com a Lei de Direitos Autorais.
Idioma do material	<ul style="list-style-type: none"> <li>português</li> </ul>
Características físicas e requisitos técnicos	Documento textual, trata-se de um processo.

Na próxima área, preencheram-se os campos para informar se o processo em questão era original ou não e se já havia sido feita descrição do mesmo antes:

Figura 15: Descrição da área de documentação associada do processo Folia Regional de Rua

Área de documentação associada	
Existência e localização de originais	Trata-se de documentos originais.
Unidades de descrição relacionadas	Não foi feita descrição desse material anteriormente

Finalizando, descreveu-se o autor do trabalho de descrição com a data da realização, o status, o nível de detalhamento, o idioma e o sistema de escrita:

Figura 16: Descrição da área de controle da descrição do processo Folia Regional de Rua

Área de controle da descrição		»
Identificador da descrição	Descrição realizada por Marcus da Rocha no dia 21/11/2019	
Status	Versão preliminar	
Nível de detalhamento	Parcial	
Idioma(s)	<ul style="list-style-type: none"> <li>português do Brasil</li> </ul>	
Sistema(s) de escrita(s)	<ul style="list-style-type: none"> <li>árabe</li> </ul>	

Utilizou-se o mesmo procedimento para o CD e para o DVD referentes ao dossiê:

Figura 17: Descrição do primeiro elemento descritor do CD

Área de identificação		»
Título	CD Processo SPI 20571100052	
Nível de descrição	Item	
Dimensão e suporte	Gênero eletrônico Qtde. 01(6KB)	

Para o segundo elemento descritor, ver Figura 8. Reproduziu-se esse CD em um computador a fim de identificar seu conteúdo, que é um anúncio referente a esse projeto.

Figura 18: Descrição da área de conteúdo e estrutura do CD

Área de conteúdo e estrutura		»
Âmbito e conteúdo	<p>Registro sonoro contendo anúncio do projeto Folia de Rua Regional. Iniciou-se o evento no dia 24 de fevereiro em Mussum na Avenida Barão do Rio Branco; dia 25 em Nova Bréssia, no Ginásio Municipal; dia 26 em Encantado, na Avenida Padre Anchieta; dia 27 em Dois Lageados, na Avenida Afrânio Lemos; dia 28 em Roca Sales, na Avenida Daltro Filho e no dia 04 de março aconteceu o Enterro dos Ossos no Panorâmico Mussum. Houve a presença de blocos e escolas de samba de toda a região.</p> <p>«</p>	

Figura 19: Descrição da área de condições de acesso e uso do CD

Área de condições de acesso e uso	
Condições de acesso	Documento eletrônico de acesso livre, regulado pela Lei de Acesso à Informação (LAI).
Condições de reprodução	Documento eletrônico com restrição de reprodução vide Lei de Direitos Autorais.
Idioma do material	<ul style="list-style-type: none"> <li>português</li> </ul>
Características físicas e requisitos técnicos	Documento eletrônico, trata-se de um CD.

Para analisar a descrição da área de documentação associada do CD, ver Figura 15.

Figura 20: Descrição da área de controle da descrição do CD

Área de controle da descrição	
Identificador da descrição	Descrição realizada por Marcus da Rocha no dia 20/11/2019
Status	Versão preliminar
Idioma(s)	<ul style="list-style-type: none"> <li>português do Brasil</li> </ul>

Figura 21: Descrição do primeiro elemento descritor do DVD

Área de identificação	
Título	DVD Processo SPI 20571100052
Nível de descrição	Item
Dimensão e suporte	Gênero: eletrônico Qtde 1(60 min)

Para a descrição da área de contextualização, ver Figura 8. Da mesma forma como procedeu a análise de conteúdo do CD, fez-se para o DVD, a qual será exemplificada a seguir:

Figura 22: Descrição da área de conteúdo e estrutura do DVD

Área de conteúdo e estrutura	
Âmbito e conteúdo	Realizou-se uma gravação audiovisual contendo os 6 dias do festival, que foram separados em 6 capítulos diferentes, cada um contendo as cidades onde foram realizadas as festas. No capítulo 1 foi feita uma gravação na cidade de Muçum, que aconteceu no dia 24 de fevereiro com a participação da Banda Nova Estação. No segundo capítulo, foi a vez da cidade de Nova Bréscia receber o festival, que ocorreu no dia no dia 25 de fevereiro. Posteriormente, realizou-se a gravação na cidade de Encantado, com a participação da Banda Sétimo Sentido. Novamente, a Banda Nova Estação marcou presença no festival; entretanto, foi na cidade de Dois Lageados, no dia 27 de fevereiro. Dia 28 fevereiro, foi a vez de Roca Sales festejar com a animação da Alto Astral Banda Show. Encerrando o evento, no dia 04 de março, a cidade de Muçum fez o Enterro dos Ossos com a participação da Banda Destaque Nacional.

Figura 23: Descrição da área de condições de acesso e uso do DVD

Área de condições de acesso e uso	
Condições de acesso	Documento eletrônico de acesso livre, regularizado pela Lei de Acesso à Informação (LAI).
Condições de reprodução	Documento eletrônico com restrição de reprodução, pois é regulamentado pela Lei de Direitos Autorais.
Características físicas e requisitos técnicos	Documento eletrônico, trata-se de um DVD.

Para verificação da descrição da área de documentação associada do DVD, ver Figura 15.

Figura 24: Descrição da área de controle da descrição do DVD

Área de controle da descrição	
Identificador da descrição	Descrição realizada por Marcus da Rocha no dia 20/11/2019
Status	Versão preliminar
Nível de detalhamento	Parcial
Idioma(s)	<ul style="list-style-type: none"> <li>português do Brasil</li> </ul>

Concluída a descrição do primeiro dossiê selecionado, fez-se o mesmo procedimento para o segundo, intitulado como “Projeto 28° Reponte”. Também foi

realizada uma pesquisa sobre o contexto de criação desse. Para isso, usou-se o processo de origem como referência da construção do texto abaixo:

“Com grande histórico de contribuição para a Cultura do Estado, o festival musical Reponte chegou, em 2012, na sua 28ª edição, sendo um dos remanescentes dos movimentos do festival. Esse projeto foi realizado pela Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul e produzido pelo segundo ano pela Tabela Produções Artísticas, com o auxílio da iniciativa privada. Esse festival é importante para a música de cunho tradicionalista do Rio Grande do Sul e de países vizinhos, como, por exemplo, Argentina e Uruguai. O Reponte possui uma modalidade competitiva que premia a musicalidade brasileira em todas as suas potencialidades, denominada Linha Livre.

Esse festival musical divulga, através das composições participantes, a música do Rio Grande do Sul estimulando a promoção cultural histórica e turística através da participação de artistas. Além disso, aprimora e alarga as fronteiras culturais com integração e conclusão das músicas do grande Pampa, fomentando o turismo sustentável e ambiental comprometido.

A importância do Reponte para a cultura do Estado é imprescindível, pois é um dos poucos eventos perpetuados no calendário artístico do Estado que remanesce do movimento dos festivais, manifestação cultural de peso desde meados dos anos 70 até o final da década de 80. É um evento transversal, tanto nos elementos artísticos que o compõem como no encontro de gerações unidas pela música, dança e poesia.

Objetiva-se em divulgar, através das composições participantes, a música nativa do Rio Grande do Sul, estimulando a promoção cultural e histórica rio-grandense. Para sua realização, optou-se pelo financiamento pelo Sistema LIC, pois a entidade realizadora não teria condições de proporcionar uma infraestrutura necessária para assegurar a execução do projeto”.

Finalizada essa análise, o processo de descrição arquivística, da mesma forma como feito anteriormente, iniciou-se pela descrição do dossiê:

Figura 25: Descrição da área de identificação do dossiê 28° Reponte

Área de identificação		»
Título	Projeto 28° Reponte	
Nível de descrição	Dossiê	
Dimensão e suporte	Contém 1 processo SPI e 3 CD.	

Para a área de contextualização, ver Figura 8. Realizou-se uma descrição sumária sobre o projeto e seus itens, conforme figura abaixo:

Figura 26: Descrição da área de conteúdo e estrutura do dossiê 28° Reponte

Área de conteúdo e estrutura		»
Âmbito e conteúdo	<p>O Reponte é um importante festival para a música de cunho tradicionalista do Rio Grande do Sul e de países vizinhos, como, por exemplo, Argentina e Uruguai. Esse festival musical divulga, através das composições participantes, a música do Rio Grande do Sul estimulando a promoção cultural histórica e turística através da participação de artistas. Além disso, aprimora e alarga as fronteiras culturais com integração e conclusão das músicas do grande Pampa, fomentando o turismo sustentável e ambiental comprometido. Nesse dossiê constam 1 processo SPI contendo as especificações do projeto e sua justificativa, além de ter 1 CD de prestação de contas, 1 CD contendo foto das apresentações, de banners de patrocinadores e de spots do evento e 1 CD contendo fotos da área externa e clipagens do evento.</p> <p>«</p>	

Figura 27: Descrição da área de condições de acesso e uso do dossiê 28° Reponte

Área de condições de acesso e uso		»
Condições de acesso	Acesso somente no local, pois não se trata de dossiê disponível em meio eletrônico.	
Idioma do material	<ul style="list-style-type: none"> <li>português do Brasil</li> </ul>	

Para descrever o próximo elemento descritor, analisou-se em qual região aconteceu o evento a fim de preencher o campo de acesso de local, além de estabelecer o principal teor do projeto, descrito na área de acesso de assunto, demonstrado na próxima figura:

Figura 28: Descrição da área de pontos de acesso do dossiê 28° Reponte

Pontos de acesso	
Pontos de acesso de assunto	<ul style="list-style-type: none"> <li>Festivais musicais » Música nativa do Rio Grande do Sul</li> </ul>
Pontos de acesso de locais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Brasil » Rio Grande do Sul » São Lourenço do Sul</li> <li>Regiões de referência administrativa do Rio Grande do Sul » Sul</li> </ul>

Figura 29: Descrição da área de controle da descrição do dossiê 28° Reponte

Área de controle da descrição	
Identificador da descrição	Descrição realizada por Marcus da Rocha no dia 22/11/2019
Status	Versão preliminar
Nível de detalhamento	Parcial
Idioma(s)	<ul style="list-style-type: none"> <li>português do Brasil</li> </ul>
Sistema(s) de escrita(s)	<ul style="list-style-type: none"> <li>árabe</li> </ul>

Finalizada a descrição do dossiê, iniciou-se a dos itens documentais:

Figura 30: Descrição do primeiro elemento descritor do processo 28° Reponte

Área de identificação	
Título	Processo SPI 21081100119
Data(s)	<ul style="list-style-type: none"> <li>2011-09-06 - 2012-04-11 (Produção)</li> </ul>
Nível de descrição	Item
Dimensão e suporte	Textual 498 fls

Para a área de contextualização, ver Figura 8. Na próxima área, analisou-se a composição do processo, conforme figura abaixo:

Figura 31: Descrição da área de conteúdo e estrutura do processo 28° Reponte

Área de conteúdo e estrutura	
Âmbito e conteúdo	<p>Processo contém dois volumes: o primeiro, referente ao projeto cultural e suas especificações, e o segundo, relativo à prestação de contas do projeto. Além disso, inclui clipagens, folders e cartaz da edição anterior do evento. Há um cartaz e um folder de divulgação da 28ª edição do Reponte. Conta com carta de habilitação de patrocínio.</p> <p>«</p>

Figura 32: Descrição da área de condições de acesso e uso do processo 28° Reponte

Área de condições de acesso e uso	
Condições de acesso	Documento textual de acesso livre, conforme a Lei de Acesso à Informação (LAI).
Condições de reprodução	Documento textual com restrição de reprodução.
Idioma do material	<ul style="list-style-type: none"> <li>português do Brasil</li> </ul>
Características físicas e requisitos técnicos	Documento textual, trata-se de um processo.

Figura 33: Descrição de documentação associada do processo 28° Reponte

Área de documentação associada	
Existência e localização de originais	Trata-se de documentos originais.
Unidades de descrição relacionadas	Não foi realizada descrição desse material anteriormente.

Figura 34: Descrição de controle da descrição do processo 28° Reponte

Área de controle da descrição	
Identificador da descrição	Descrição realizada por Marcus da Rocha no dia 21/11/2019
Status	Versão preliminar
Nível de detalhamento	Parcial
Idioma(s)	<ul style="list-style-type: none"> <li>português do Brasil</li> </ul>
Sistema(s) de escrita(s)	<ul style="list-style-type: none"> <li>árabe</li> </ul>

Concluída essa etapa, começou-se a fazer as descrições dos três exemplares de CDs referentes ao projeto analisado, conforme as figuras abaixo:

Figura 35: Descrição da área de identificação do primeiro CD referente ao projeto 28° Reponte

Área de identificação	
Título	CD Processo SPI 21081100119
Nível de descrição	Item
Dimensão e suporte	Gênero Eletrônico Qtde: 01(76KB)

Figura 36: Descrição da área de identificação do segundo CD referente ao projeto 28° Reponte

Área de identificação		»
Título	CD 2 Processo SPI 21081100119	
Nível de descrição	Item	
Dimensão e suporte	Gênero Eletrônico Qtde: 01(598MB)	

Figura 37: Descrição da área de identificação do terceiro CD referente ao projeto 28° Reponte

Área de identificação		»
Título	CD 3 Processo SPI 21081100119	
Nível de descrição	Item	
Dimensão e suporte	Gênero Eletrônico Qtde: 01(90MB)	

Para a área de contextualização, ver Figura 8. Para a execução do próximo elemento descritor, observou-se que cada CD tem seu próprio conteúdo, conforme demonstrado a seguir:

Figura 38: Descrição da área de conteúdo e estrutura do primeiro CD referente ao projeto 28° Reponte

Área de conteúdo e estrutura		»
Âmbito e conteúdo	Contém registros financeiros referentes ao projeto 28° Reponte. Há planilha de aplicação dos recursos incentivados pela LIC/RS; apresenta execução orçamentária de outras fontes de financiamento; inclui relatório físico com comprovação de objeto e desempenho do projeto.	

Figura 39: Descrição da área de conteúdo e estrutura do segundo CD referente ao projeto 28° Reponte

Área de conteúdo e estrutura		»
Âmbito e conteúdo	Contém 14 registros fotográficos do evento, 26 da estrutura externa do local (Galpão Crioulo do Camping Municipal), e 39 de banners dos patrocinadores do evento. Além disso, consta 1 áudio do spot da campanha do projeto	

Figura 40: Descrição da área de conteúdo e estrutura do terceiro CD referente ao projeto 28° Reponte

Área de conteúdo e estrutura	
Âmbito e conteúdo	Contém 14 registros fotográficos e 14 clipagens salvas em pdf referentes à edição anterior do evento.

Os próximos três elementos descritores se repetirão para os três CDs analisados neste trabalho:

Figura 41: Descrição da área de condições de acesso e uso para os três CDs referentes ao projeto 28° Reponte

Área de condições de acesso e uso	
Condições de acesso	Documento eletrônico de acesso livre, regularizado através da Lei de Acesso à Informação (LAI).
Condições de reprodução	Documento eletrônico com restrição de reprodução vide Lei de Direitos Autorais.
Idioma do material	<ul style="list-style-type: none"> <li>português do Brasil</li> </ul>
Características físicas e requisitos técnicos	Documento eletrônico, trata-se de um CD.

Figura 42: Descrição da área de documentação associada para os três CDs referentes ao projeto 28° Reponte

Área de documentação associada	
Existência e localização de originais	Trata-se de documento original.
Unidades de descrição relacionadas	Não foi realizada descrição desse material anteriormente.

Figura 43: Descrição da área de controle da descrição para os três CDs referentes ao projeto 28° Reponte

Área de controle da descrição	
Identificador da descrição	Descrição realizada por Marcus da Rocha no dia 22/11/2019
Status	Versão preliminar
Nível de detalhamento	Parcial
Idioma(s)	<ul style="list-style-type: none"> <li>português do Brasil</li> </ul>

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa, é crucial que haja continuidade no processo de descrição arquivística do acervo audiovisual do Departamento de Fomento da Secretairia de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul. Para isso, será necessário que tenha a presença de arquivista para sua realização, visto que este profissional possui o conhecimento necessário para isso, que foi adquirido ao longo de sua graduação.

Deve-se continuar a utilizar o ICA-AtoM como software de descrição arquivística, pois é uma ferramenta de fácil acesso e prática para realizar a descrição arquivística, possibilitando que o acervo também seja difundido na internet. Além disso, esse software prima pela facilidade de acesso à informação, contribuindo para o desenvolvimento de novas pesquisas científicas, por exemplo.

Salienta-se a importância de estudos relacionados aos documentos audiovisuais. Há escassez de referências da área de Ciências da Informação quanto ao assunto, sendo necessário averiguar outras fontes de diferentes áreas. Está na hora de pensar diferente e criar estudos que demonstrem a importância desse documento para fins de prova e de memória.

O estudo de caso possibilitou demonstrar que, com a descrição dos dossiês Folia Regional de Rua e 28° Reponte, as informações contidas em suportes como CD e DVD podem ser referências para a memória social e institucional. Além disso, viabilizou compreender que esses são também capazes de ter valor probatório, pois serviam para prestar contas, não para fins de promoção cultural.

A Lei de Incentivo à Cultura é imprescindível para continuar o desenvolvimento de projetos culturais no Brasil e para promover o acesso à cultura no país. Sem isso, não podemos identificar as nossas identidades. Exemplo disso foram os projetos analisados nesta pesquisa, que tratam da divulgação de músicas regionais e de países vizinhos e de carnaval de rua. Com a ausência do desenvolvimento da cultura, tanto no âmbito estadual como no federal, não haverá demonstração de diferentes culturas, que são feitas através de projetos desenvolvidos. Ademais, possível perda econômica também haverá, pois os eventos culturais movimentam o consumo e, principalmente, o turismo local e a economia.

Destaca-se a relevância da descrição e difusão arquivística como funções arquivísticas que disponibilizam o acesso à informação. No Brasil, essas não são realizadas com frequência, o que dificulta o desenvolvimento de trabalhos científicos, além de colocar barreiras quanto à disponibilização da informação, o que contraria a principal função do arquivista, que é dar acesso, e a Lei de Acesso à Informação, que regula isso.

É imprescindível a existência da normatização no processo de descrição. Caso não houvesse normas que colaborassem com esse trabalho, cada arquivista poderia descrever a informação a sua maneira, o que acarretaria prejuízos aos pesquisadores. A fim de facilitar a busca pela informação desejada, há de se respeitar a norma escolhida para descrição e seus elementos descritores.

Cabe ao arquivista difundir seu trabalho para que a sociedade conheça não só o acervo, mas o próprio papel social que esse profissional cumpre. Na Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, é imprescindível que haja uma estratégia de marketing envolvendo o arquivo especial do Departamento de Fomento com a finalidade de demonstrar aos próprios servidores e ao público externo a existência do acervo audiovisual e do trabalho de descrição arquivística que foi desenvolvido durante esta pesquisa.

Deseja-se, com a conclusão desta pesquisa, que haja a difusão das informações descritas no âmbito institucional para fins de acesso e de preservação da memória. Espera-se que haja um impacto na comunidade arquivística, sinalizando a importância do documento audiovisual como fonte histórica e de pesquisa em nossa sociedade. Além disso, ressalta a importância dessa função arquivística como forma de preservação do patrimônio histórico da Secretaria de Cultura do Rio Grande do Sul. O ganho maior seria influenciar outros profissionais a se interessarem na tarefa de descrição de documentos audiovisuais e que um profissional continuasse com esse trabalho que foi desenvolvido ao longo do semestre a fim de que se possibilite um maior acesso a essas informações.

## REFERÊNCIAS

Ana Célia Navarro Andrade (Org). **Arquivos, entre tradição e modernidade:** trabalhos apresentados nas sessões de comunicações livres e os eventos paralelos do XI Congresso de Arquivologia do Mercosul. 2.ed, v.2. São Paulo: ARQ-SP, 2017. 570 p. Disponível em: [http://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/XI-CAM-VOL.-2\\_e-book.pdf](http://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/XI-CAM-VOL.-2_e-book.pdf)>. Acesso em 29 set. 2019.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística. Objetos, princípios e rumos.** [s.n.], São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Arquivos Permanentes:** tratamento documental. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** Ensaio sobre literatura e história da cultura. 1.ed, São Paulo: Editora Brasiliense s.a, 1987

BERNARDES, Ieda Pimenta. Como avaliar documentos de arquivo. **Projeto como fazer,** v.1. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. Disponível em: [http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas/colecao como fazer/cf1.pdf](http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas/colecao%20como%20fazer/cf1.pdf)>. Acesso em 15 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.** Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm)>. Acesso em 27 nov.2019.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: **Norma brasileira de descrição arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em 17 set.2019.

BLANCO, Pablo Sotuyo; SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de; VIEIRA, Thiago de Oliveira (Org.). **Ampliando a discussão em torno de documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais.** Salvador: EDUFBA, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/20828>>. Acesso em 10 nov. 2019.

BUSHEY, Jessica (2012). International Council on Archives (ICA) “Access to Memory” (AtoM): Open-source software for archival description. Disponível em: [https://www.ica-atom.org/download/ICA-AtoM\\_JBushey.pdf](https://www.ica-atom.org/download/ICA-AtoM_JBushey.pdf)>. Acesso em 20 set.2019.

CALABRE, Lia. Política Cultural no Brasil: um histórico. In: Enecult, 1, 2005. Anais...Salvador - Bahia: 2005. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiaCalabre.pdf>>. Acesso em 20 set.2019.

\_\_\_\_\_. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 3., 2007. Salvador. Anais eletrônicos... Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBa, 2007. Disponível em:

<[http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/calabre\\_l\\_politicas\\_culturais\\_no\\_brasil\\_balanco\\_e\\_perspectivas.pdf](http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/calabre_l_politicas_culturais_no_brasil_balanco_e_perspectivas.pdf)>. Acesso em 25 set.2019.

CERVANTES, Gumaro Damián. **Los Documentos Especiales En El Contexto De La Archivística.** México, DF: [s.n], 2008. Disponível em: <<http://www.monografias.com/trabajos-pdf/documentos-especiales-archivistica/documentos-especiales-archivistica.pdf>>. Acesso em 19 nov.2019.

CONRADO, Flavia Helena. **Arranjo, descrição e difusão do patrimônio documental arquivístico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.** 2014. 119f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, RS, 2014.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): **Norma geral internacional de descrição arquivística.** 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais – CTDAISM. **Glossário v.3.** Disponível em: <[http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctdais/Glossario\\_ctdaism\\_v3\\_2018.pdf](http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctdais/Glossario_ctdaism_v3_2018.pdf)>. Acesso em 05 nov. 2019.

CORREIA, Maria Rosa dos Santos; MIGUEL, Nadya Maria Deps. **Os intelectuais no IPHAN e no IBGE na Era Vargas.** In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 5., 2009. Anais eletrônicos... Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19141.pdf>>. Acesso em 23 set.2019.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de archivística.** 2.ed. Madrid: Pirâmide, 1994.

CUNHA, Luana. Como funciona o incentive à cultura no Estado. **Beta Redação,** 2016. Disponível em: <<http://www.betaredacao.com.br/incentivo-cultura/>>. Acesso em 27 out.2019.

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. **Usos e usuários da informação.** São Carlos: EdUFSCar, 2004. Disponível em: <<https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/12/usos-e-usuarios-da-informacao.pdf>>. Acesso em 08 out.2019.

**Economia criativa, cultura e políticas públicas** / organizadores Leandro Valiati [e] Gustavo Moller. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2016.

EVEL, Ivana. Cinco técnicas que revolucionaram a fotografia. **Made for minds,** 2012. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/cinco-t%C3%A9cnicas-que-revolucionaram-a-fotografia/a-16325467>>. Acesso em 05 nov.2019.

FLORES, Daniel; HEDLUND, Dhion Carlos. Análise e aplicação do ICA-Atom como ferramenta para descrição e acesso às informações do Patrimônio Documental Histórico do município de Santa Maria – RS. **Informação & Informação,** v.19, n.3, p. 86-106, set./dez. 2014. Disponível em:

<[http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/14892/pdf\\_33](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/14892/pdf_33)>. Acesso em 24 out.2019.

FOX, Michael. Por que Precisamos de Normas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.20, n° 1-2, p.23-30, jan./dez. 2007. Disponível em:

<<http://www.arquivonacional.gov.br/media/Normas%20Tecnicas%20-%2011.pdf>>. Acesso em 20 out.2019.

FREIRE, Luiz Gustavo Lima. Difusão Educativa em arquivos. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.34, 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia06/texto06.pdf>>. Acesso 12 set.2019

GANAPATI, Priya. **June 4, 1977: VHS Comes to America**. Disponível em: <<https://www.wired.com/2010/06/0604vhs-ces/>>. Acesso em 04 nov.2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras). **Métodos de Pesquisa**. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIACOMELLI, Ivan Luiz. Critérios de noticiabilidade e o fotojornalismo. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v.4, n.5, p.13-36, jul./dez. 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMERY, Douglas; PAFORT-OVERDUIN, Clara. **Movie History: A Survey**. 2.ed. Nova York: Routledge, 2011. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=s0PP2Gm8xNcC&oi=fnd&pg=PP1&dq=movie+history&ots=CMeguv9tOb&sig=iW-pBjm-qhT9JIFv5NnpxDnY-Y#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 16 out.2019.

GONÇALVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos de arquivo. **Projeto como fazer**, v.2. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. Disponível em: <[http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas\\_colecao\\_como\\_fazer/cf2.pdf](http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf2.pdf)>. Acesso em 28 out.2019.

HERRERA, Antonia Heredia. **Archivística General. Teoría e Práctica**: Actualizada e aumentada. 5. ed. Sevilla: Diputacion Provincial de Sevilla, 1991.

JUNIOR, Valter Vanderlei Mendes; ROCHA, Marcia Medeiros da. **Fontes para história administrativa do Rio Grande do Sul**: a trajetória das secretarias de estado (1890-2005). Porto Alegre: CORAG, 2006. Disponível em: <<http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1168453643.HistoriaAdministrativadoRS.pdf>>. Acesso em: 05 nov.2019.

KLEINA, Nilton. VHS, DVD e Blu-ray: a história da guerra dos formatos [vídeo]. **TecMundo**, 2019. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/mercado/137901-vhs-dvd-blu-ray-historia-guerra-formatos-video.htm>>. Acesso em 25 out.2019.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books/about/Fotografia\\_hist%C3%B3ria.html?id=IZ83IeRyy1oC&redir\\_esc=y](https://books.google.com.br/books/about/Fotografia_hist%C3%B3ria.html?id=IZ83IeRyy1oC&redir_esc=y)>. Acesso em 14 out.2019.

LABARGE, Ralph. **DVD Authoring and Production**. [s.n]. Lawrence: CMP Books, 2001. Disponível em: <<https://www.taylorfrancis.com/books/9780080524696>>. Acesso em 02 nov.2019.

LINDEN, Leolíbia Luana; BARROS, Thiago Henrique Bragato; BRÄSCHER, Marisa. Normas de Descrição Arquivística: Uma análise comparativa no âmbito do conteúdo e contexto. **Iris – Revista de Informação, Memória e Tecnologia**, Recife, v.3, n. especial, p. 45-55, 2014/2017.

Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/IRIS/article/view/236187/29016>>. Acesso em 28 out. 2019.

LLANES PADRÓN, Dunia. La normalización de la descripción archivística em Gran Bretaña, EE.UU., Canadá, Portugal, Brasil y España después de ISAD(g): processos y modelos de trabajo. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v.7, n.2, p.1-23, ago./dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1859>>. Acesso em: 25 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **La Descripción Archivística en los Tiempos Posmodernos: Conceptos, Principios y Normas**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

MANUAL de Cadastro Estadual de Produtor Cultural. Disponível em: <[http://www.procultura.rs.gov.br/upl4086/1515518711manual\\_de\\_cadastro\\_de\\_produtor\\_cultural\\_versao\\_janeiro\\_de\\_2018.pdf](http://www.procultura.rs.gov.br/upl4086/1515518711manual_de_cadastro_de_produtor_cultural_versao_janeiro_de_2018.pdf)>. Acesso em: 02.dez.2019

MASCARELLO, Fernando. **História do cinema mundial**. São Paulo: Papiрус, 2006. Disponível em:

<[https://www.academia.edu/36311582/Fernando\\_Mascarello\\_Historia\\_Do\\_Cinema\\_Mundial](https://www.academia.edu/36311582/Fernando_Mascarello_Historia_Do_Cinema_Mundial)>. Acesso em 01 nov. 2019.

MENDO CARMONA, Concepción. **Los Archivos y la archivística: evolución histórica y actualidad**. Em: Manual de Archivística. Madri: Síntesis, 1995, p.28.

MONTEIRO, Rosana Horio. Arte e ciência no século XIX: um estudo em torno da descoberta da fotografia no Brasil. **Estudos Históricas**, Rio de Janeiro, n°34, p.51-70. jul./dez. 2004

OLIVEIRA, Erivam Moraes de. **Da fotografia analógica à ascensão da fotografia digital**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/oliveira-erivam-fotografia-analogica-fotografia-digital.pdf>>. Acesso em 30 out.2019.

OLIVEIRA, Luiz André Ferreira de. **Getúlio Vargas e o desenvolvimento do rádio no país: um estudo do rádio de 1930 a 1945**. 2006. 209f. Dissertação de

mestrado. Curso de mestrado profissionalizante em bens culturais e projetos sociais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3.ed. rev.ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PEEK, Hans et al. **Origins and Successors of the Compact Disc: Contributions of Philips to Optical Storage**. [s.l]: Springer, 2009. v.11 (Philips Research Book Series).

Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=OdcETNEfFAkC&oi=fnd&pg=PA5&dq=compact+disc+history&ots=w8Wj uEptIW&sig=9PMwx9MIT4v0HXR3BEs4XyTCyZl#v=onepage&q=compact%20disc%20history&f=false>>. Acesso em: 31 out. 2019. p.11

PRADE, Aline Márcia; PEREZ, Carlos Blaya. A importância da gestão documental no contexto do acesso aos documentos e difusão dos arquivos. **Ágora**, Florianópolis, v.27, n.54, p.226-253, jan./jun., 2017. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/12524>>. Acesso em 30 set. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 40.349, de 11 de outubro de 2000**. Estabelece uma divisão territorial como referência para as estruturas administrativas regionais dos órgãos do Poder Executivo. Disponível em: <[http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXTO&Hid\\_TodasNormas=3517&hTexto=&Hid\\_IDNorma=3517](http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=3517&hTexto=&Hid_IDNorma=3517)>. Acesso em 29 nov.2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.117, de 20 de julho de 1990**. Cria a Secretaria da Cultura e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.asp?Hid\\_IdNorma=17981](http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.asp?Hid_IdNorma=17981)>. Acesso em 28 out.2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.490, de 21 de julho de 2010**. Institui o Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais Pró-Cultura. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?Rotulo=Lei%20n%BA%2013490&idNorma=1064&tipo=pdf>>. Acesso em 02 out.2019.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.98-118, jan./jun., 2015. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/95/55>>. Acesso em 30 set. 2019.

ROUSSEAU, Jean-yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SHANNON, Mollee. History of the VHS tape. **A Kodak digitizing blog, [200?]**. Disponível em: <<https://kodakdigitizing.com/blogs/news/history-of-the-vhs-tape>>. Acesso em 11 nov.2019.

SOARES, Miguel Augusto Pinto. **Representações da morte: fotografia e memória**. 2007. 149f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da

Pontifícia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VAN GARDEREN, Peter. **The ICA-Atom Project and Technology**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas do Brasil, 2009.

Disponível em: <[https://www.ica-atom.org/download/VanGarderen\\_TheICA-AtoMProjectAndTechnology\\_AAB\\_RioDeJaniero\\_16-17March2009.pdf](https://www.ica-atom.org/download/VanGarderen_TheICA-AtoMProjectAndTechnology_AAB_RioDeJaniero_16-17March2009.pdf)>. Acesso em 20 out.2019.

VEIGA, Alexandre. Cultura, burocracia e informação: o acervo administrativo da Secretaria de Estado da Cultura como fonte para história das políticas culturais do Rio Grande do Sul. **Mouseion**, Canoas, dez.2013, p.63-73. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1347/1004>>. Acesso em 25 set.2019.